



ANAIS ELETRÔNICOS DA II MEPETH

MOSTRA DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO DO
PET HISTÓRIA

Realizada de 6 a 10 de dezembro de 2021



SUMÁRIO

II MOSTRA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO PET HISTÓRIA

ENSINO

À margem da ilha: Conteúdo interativo sobre a história da Penitenciária da Pedra Grande na primeira metade do século XX — *Gabriela Araldi e Guilherme Ferraz*.....06

Arte e Urbano em Florianópolis: um olhar sobre a Pichação — *Ana Beatriz Brüggemann*.....09

Surpresas no campo: um exercício de história oral e o inusitado na pesquisa — *Edson Gracindo de Almeida*.....12

EXTENSÃO

Cartografia & Arte: Conexões entre cartografia e arte no passado e presente através do ArcGIS StoryMaps — *Fernanda Buttini Barczak*.....15

Histórias de escravidão e da liberdade: história pública através de um podcast imersivo — *Fernanda Buttini Barczak e Pedro Gabriel Viana de Souza*.....18

Inscrito na pedra, produção e resultados do primeiro vídeo “Arqueologia Brasileira” — *Alice Lopes de Souza*.....20

Terras Comuns: Florianópolis entre o rural e o urbano — *Kassia Rossi*.....23

UYRUMA - Museu Digital Indígena — *Sara de Sousa Lima*.....25

SUMÁRIO

II MOSTRA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO PET HISTÓRIA

PESQUISA

- A espacialização da economia e relações de poder no Brasil colonial (primeira metade do século XVIII) — José Antônio Alves.....**29
- A Guerra Independência de Israel e as estruturas da Nakba palestina — Victor Vargas Menna.....**33
- A luta contra a escravidão ilegal no Supremo Tribunal de Justiça — Andressa Aparecida Pastore.....**35
- A viticultura e o turismo do vinho nas Américas — Laianny Cristine Gonçalves Terreri e Julia Mai Velasco.....**39
- Agendas feministas-socialistas e suas repercussões na I e II Conferências Internacionais de Mulheres Socialistas (1907-1917) — Maria Luiza Péres.....**42
- Antigo Mercado Público de Desterro e trabalhadores negros do comércio — Lívia Lourenço Matoso Galveias.....**44
- Da migração africana ao culto afro-religioso gaúcho: caminhos para o assentamento do Bará do Mercado Público de Porto Alegre — Tatiana Machado Freitas.....**49
- Entre a teoria e a prática: Portinari e a estética marxista — Carolina Tucci de Carvalho.....**51

SUMÁRIO

II MOSTRA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO PET HISTÓRIA

- Escravidismo em mutação:** a lei do ventre livre em Cuba e seus reflexos na população negra de Havana (1860-1875) — *Pedro Gabriel Viana de Souza*.....55
- Espacialização de ambientes rurais na capitania de Santa Catarina (1747-1822)** — *Jéssica Thaíse Gielow*.....58
- Figurações da teoria benjaminiana na querela brasileira entre Modernos e Pós-Modernos em A Crise da Razão Histórica (1989) de Michel Zaidan Filho** — *Murilo Custodio dos Passos*.....60
- História para amplas audiências:** Maria Graham, a historiografia infanto-juvenil e as dinâmicas do gênero História (1790-1850) — *Ana Cecília Lopes de Souza*.....64
- O espaço como problema** — *Ana Luiza Goularti Brunel*66
- O Velho Oeste** — *Acácio Garcez Carneiro*.....70
- Presença indígena na Ilha de Santa Catarina** — *Lívia Lourenço Matoso Galveias*.....74
- Santa Catarina no contexto da lei antitráfico de 1831:** a entrada de africanos novos e uma rota de navegação possível (1831-1850) — *Gustavo Henrique Rubik*.....78

ENSINO

06/12 a 10/12

II MEPETH

MOSTRA DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO DO
PET HISTÓRIA

À MARGEM DA ILHA: CONTEÚDO INTERATIVO SOBRE A HISTÓRIA DA PENITENCIÁRIA DA PEDRA GRANDE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.

Autores: Gabriela Araldi (gabrielaaraldi13@gmail.com)

Guilherme Ferraz (ferrazhguilherme@gmail.com)

Orientador: Tiago Kramer de Oliveira

O conteúdo interativo trata da história da construção e funcionamento da Penitenciária *Pedra Grande*, atual Penitenciária de Florianópolis, e analisa a relação da instituição com a cidade, traçando um histórico do cárcere e contextualizando com as mudanças ocorridas nas primeiras décadas do século XX da cidade. Nossa discussão abrange, além disso, a questão dos discursos oficiais relacionados à construção do prédio, da modernização da cidade e dos detentos. O conteúdo leva o nome de *À margem da ilha* pois percebemos que, ao longo dos anos, não só as pessoas que estavam na penitenciária eram marginalizadas pela sociedade, como a própria instituição era e continua sendo esquecida, ficando à mercê das escolhas da elite florianopolitana.

A elaboração do conteúdo na plataforma *ArcGIS StoryMaps* teve como finalidade um material paradidático, de linguagem e recursos acessíveis e intuitivos sobre a história da Penitenciária na cidade de Florianópolis no recorte temporal estipulado, com o intuito de promover questões a serem debatidas por diversos públicos, como o meio acadêmico, comunidade externa, e principalmente, o âmbito educativo. Entre os objetivos específicos está a reconstrução da trajetória do cárcere em Florianópolis, do marco inicial do século XX, contando com uma introdução dos aspectos referentes ao direito à cidade, e também a análise dos primeiros anos de funcionamento da Penitenciária de Florianópolis, demonstrando as dicotomias entre os discursos e os acontecimentos.

O conteúdo digital tem se mostrado efetivo e relevante em nosso contexto social, ao passo que apresenta um potencial superior de difusão informacional de pesquisas acadêmicas quando em comparação com demais veículos de informação da contemporaneidade, além de possibilitar o alargamento da interação social, e, com isso, criar novas maneiras de se relacionar, sobretudo no período atual. A temática abordada, por sua vez, é de extrema importância para a compreensão das relações sociais do passado, como quando da formação urbana da capital catarinense, além de auxiliar na reflexão de outras questões sociais que

sobressaem na atualidade, como o cárcere e o racismo no Brasil, país que ocupa a terceira colocação no ranking em maior número de população carcerária há alguns anos.

Importante destacar que a pandemia de COVID-19 afetou o processo de pesquisa, pois com o isolamento social, o acesso a determinados documentos ficou restrito. Contudo, através do material disponível online, junto ao material fotográfico disponibilizado por outros pesquisadores, finalizamos o conteúdo com os objetivos concluídos. A elaboração do conteúdo sucedeu em algumas etapas, assim sendo, em um primeiro momento realizamos um extenso levantamento bibliográfico e de fontes históricas, os quais apontaram uma profunda ligação entre a penitenciária aos projetos políticos defendidos por governantes na cidade de Florianópolis, bem como uma constante desvalorização da documentação, memória, e até mesmo dos próprios detentos, seja por parte da academia, do Estado, ou da sociedade (BACCIN, 2015; 2019) (BORGES, 2016) (MIRANDA, 1998).

Posterior a leitura e análise dos materiais levantados partimos para a organização do conteúdo, ou seja, recorte temático, definição de objetivos, seleção de fontes. Sendo este, um momento fundamental do desenvolvimento, Jorn Rüsen (2007) escreve que, ao selecionar fontes, escolher determinados autores(as), seguir determinadas metodologias, exprimimos nossas escolhas epistemológicas, portanto, nosso conteúdo salienta a importância de situarmos os discursos e seus narradores. O conteúdo visa ao que o historiador denomina de formação da consciência histórica, isto resulta em um material que aborda, não só aspectos do ensino de História como de outros da vida, “articula o máximo de orientação do agir com o máximo de autoconhecimento” (2007, p.95). Depois de feita uma versão escrita do conteúdo, partimos para a construção e montagem na plataforma *ArcGIS StoryMaps*.

Para tal, voltamos ao nosso acervo e selecionamos 35 fotografias e imagens da Penitenciária e da cidade, dentre outras que se fazem necessárias. Para situar o(a) interagente geograficamente, elaboramos dois mapas interativos, um feito pela própria plataforma do conteúdo, para localizar, na cidade de Florianópolis outras instituições similares à penitenciária, e o segundo é para localizar a *Penitenciária da Pedra Grande* atualmente; para isso foi utilizada a plataforma *Google Earth*. Além de jornais e decretos, também trouxemos algumas fontes históricas como mensagens e ofícios que, em razão destes estarem danificados pelo tempo e em uma má qualidade de imagem, transcrevemos-nos na íntegra atualizando para o português atual, e para manter o visual característico utilizamos a plataforma *Canva* que oferece recurso para trabalhar com este tipo de montagem. Por fim, apresentamos uma série de tabelas e gráficos, onde revelam pontos contundentes na nossa pesquisa, como superlotação e racismo estrutural.

Desde o início do desenvolvimento do projeto percebemos que havia uma necessidade de tornar uma temática tão complexa possível de ser trabalhada em sala de aula através da Didática da História, e felizmente como resultado do conteúdo tivemos profissionais da educação interessados em levar o À Margem da Ilha às escolas. Além disso, pudemos explorar a temática em outros suportes da mídia, como em entrevistas realizadas no Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de História e conversas com pesquisadores que nos auxiliaram no processo de montagem. Por fim, em uma perspectiva analítica, a demanda e o interesse pelo conteúdo desenvolvido e pela temática abordada são evidenciados pela quantidade de acessos em nosso site.

Referências

ARALDI, Gabriela. FERRAZ, Guilherme. **À MARGEM DA ILHA: Uma história da Penitenciária da Pedra Grande na primeira metade do século XX.** ArcGIS StoryMaps. 2021. Disponível em: https://bit.ly/a_margem_da_ilha_2021.

BACCIN, Lucas Coelho. **Dos dias que são tantos que nem posso contá-los: Os primeiros anos da penitenciária da Pedra Grande - Florianópolis, 1930.** 2015. 79 p. Trabalho de Conclusão de Curso em História - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BACCIN, Lucas Coelho. **Penitenciária da Pedra Grande: instituição de sequestro e produção de saber sobre os detentos (1930-1940).** Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2019.

BORGES, Viviane. **Arquivos Marginais: outras fontes, outros acervos.** Revista Eletrônica Ventilando Acervos, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 1-54, dez. 2016.

MIRANDA, Antônio Luiz. **A Penitenciária de Florianópolis: De um instrumento da modernidade a utilização por um Estado totalitário.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 1998.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico.** Brasília: UnB, 2007.

ARTE E URBANO EM FLORIANÓPOLIS: UM OLHAR SOBRE A PICHANÇA

Autora: Ana Beatriz Brüggemann (anabrgmn@gmail.com)

Orientador: Tiago Kramer de Oliveira

O projeto *Arte e Urbano em Florianópolis: um olhar sobre a Pichança* foi desenvolvido em conjunto com o PET História. Nele, buscou-se entender a complexidade da prática artística da Pichança, e a relação estabelecida entre seus praticantes e a cidade, compreendendo-as como manifestações sociais que emergem em um contexto de fricções urbanas.

Partindo da perspectiva de Thompson (1981), foi lançado olhar para a experiência dos indivíduos que voltam seu agir para a prática artística no espaço da cidade. Como esses indivíduos se relacionam, a partir de suas experiências, com a realidade material, em que emergem movimentos sociais. Esse agir no urbano faz com que a cidade além de ser um *lugar*, passe a ser também um *local*, conceitos utilizados por Barros (1998), quando o espaço recebe significado, cria historicidade e memória. Neste caso, realçando a prática artística que também se apresenta como reação da influência mútua entre economia e cultura, como *intervenção* no social, como cita Lima (2013). Intervenção porque, baseando-se em Harvey, que traz a cidade a serviço do capital, Lima aborda a arte de rua como “uma forma de linguagem de resistência que questiona a utilização hegemônica do espaço urbano das grandes cidades” (2013, p. 4).

Ainda em Thompson, a realidade material, nos interessando aqui as estruturas físicas da cidade e, conversando com Harvey, as relações econômicas capitalistas, sociais, culturais que se dão nesse espaço, o poder hegemônico presente nele, formam “um campo em que as relações humanas são constituídas” (THOMPSON, apud BOSETTI, 2011, p. 77). Esse campo exerce influência para a emergência de movimentos de contestação. A pichança é, então, tratada como um movimento de contestação que emerge da relação dos sujeitos com a realidade material e se expressa a partir da arte nas paredes do urbano.

O projeto, finalizado no ano de 2021, teve como resultado dois materiais didáticos publicados na plataforma online ArcGIS. O primeiro lançou olhar para as pichanças realizadas no contexto da ditadura civil militar brasileira, fazendo uso de documentos e imagens encontradas no acervo do arquivo nacional. Manteve diálogo com os artistas de Florianópolis, fazendo referência às práticas no nosso contexto, a partir de fotografias do

acervo dos próprios artistas com quem entramos em contato e imagens tiradas do Google Street View, traçando paralelos entre passado e presente, com o objetivo principal de desenvolver a noção de historicidade inserida nas manifestações artísticas e políticas envolvidas na pichação - entender que as manifestações do presente possuem um passado histórico; investiga-se, neste momento, seu contexto de emergência no Brasil: décadas de 60 e 70.

O segundo material analisou os discursos feitos pelos maiores veículos de imprensa locais acerca da prática da pichação no Centro de Florianópolis ao longo da última década. A pesquisa foi feita a partir da leitura crítica de matérias de jornais digitais, utilizando a metodologia de Cruz e Peixoto (2007), que se debruçam sobre a imprensa como uma força social ativa. Esse conteúdo assume o objetivo de possibilitar que o público leitor passe a perceber as forças ativas e as relações de poder que se inserem no espaço da cidade, notando também como essas forças carregam seus interesses e seus ideais de ambiente urbano.

Ambos os materiais didáticos são direcionados para jovens de 14 a 17 anos. Com base na didática da história de Rösen (2007), os conteúdos publicados de forma *online* pretendem proporcionar condições para que o público alvo passe a refletir sobre o ambiente que o cerca, orientando o leitor na vida prática.

Portanto, o projeto *Arte e Urbano em Florianópolis: um olhar sobre a pichação* buscou, ao longo de todo seu processo de realização, fornecer ferramentas que os leitores dos conteúdos compreendam melhor a prática de arte de rua e as relações estabelecidas no urbano.

Referências:

BARROS, A. Espaço, lugar e local. **Revista USP**, n. 40, p. 32-45, 28 fev. 1999.

BOSETTI, Cleber José. Thompson e as ciências sociais: possibilidades metodológicas para pensar os movimentos sociais contemporâneos. **Plural** : Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 2, p.69-85, jan. 2011.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do Historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, n. 0, p. 253-270, dez. 2007.

LIMA, Mateus Vieira Villela de. **Intervenção Urbana: arte e resistência no espaço público**. 2013. 43 f. TCC (Graduação) - Curso de Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora UNB, 2007, 159p.

THOMPSON, Edward Palmer. A Miséria da teoria. Rio de Janeiro: **Zahar**, 1981.

SURPRESAS NO CAMPO:

UM EXERCÍCIO DE HISTÓRIA ORAL E O INUSITADO NA PESQUISA

Autor: Edson Gracindo de Almeida (querimrem@gmail.com)

Orientadora: Professora Cristina Scheibe Wolff

Nesta II Mostra de Ensino, Pesquisa e Extensão do PET História, em 2021, com a possibilidade, pelo momento presente, de participação em meio digital mediante um curto vídeo, pretende-se de forma objetiva partilhar uma experiência acadêmica na graduação com o uso da história oral, com a ida a campo para entrevistas de moradoras e moradores no município de Governador Celso Ramos, litoral central catarinense, como trabalho de aproveitamento na disciplina de História de Santa Catarina, realizado no primeiro semestre de 2019, do que resultou um artigo submetido à docente responsável pela disciplina, professora doutora Cristina Scheibe Wolff, do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

A intenção é partilhar a experiência no desenvolvimento desse trabalho acadêmico, a primeira experiência do aluno com o uso da história oral, na pesquisa historiográfica, especialmente pelas surpresas encontradas.

Para o aluno, o inusitado se apresentou em dois aspectos. Primeiro: na falta de um gravador apropriado, lançou-se mão de uma câmera de filmagem, porém com a pretensão unicamente de captar e gravar as falas das pessoas entrevistadas; por isso, à parte o amadorismo, não se cuidou de elementos como iluminação, angulação, enquadramento; e qual não foi a surpresa, no processo de transcrição dos áudios, em identificar na gravação audiovisual um rico material para divulgação. Assim, uma vez que o objetivo específico do trabalho acadêmico na disciplina era ter o relato de moradoras e moradores sobre o impacto em suas vidas com a criação, no ano de 1992, de uma unidade de conservação federal no município, a área de proteção ambiental-APA de Anhatomirim, sabendo-se que o litoral catarinense contou em seu povoamento, no Brasil colônia, com famílias oriundas do arquipélago dos Açores, na origem agricultores e aqui precisaram adaptar-se à roça tropical e ao mar, a gravação obtida revelou, não somente as impressões com uma unidade de conservação ambiental, em fins do século XX, mas também costumes e vivências comunitários que se imbricam, num modo de falar e de ser muito próprios.

Segundo, já como uma característica da história oral, como se viu teórica e empiricamente, sobre o que de certo procurou-se explicitar na escrita do artigo, o momento da

transcrição dos relatos revelou histórias de vida que, não apenas se entrecruzavam, mas se afiguravam como verdadeiro "novo" de outras histórias mais. Assim, modos de produção e sua relação com o trabalho e com a natureza, relações de gênero, visões de mundo, relações pessoais de poder e relações com o poder público foram alguns dos muitos tópicos que surgiram, não obstante o tema como objetivo fossem as mudanças nas vidas dessas pessoas com a criação da unidade de conservação, esta como espaço legalmente protegido e na categoria das de uso sustentável, portanto como um espaço em que o uso dos recursos naturais não somente é permitido, sob regras específicas, mas também deveria ser estimulado.

Do material colhido em campo, elaborou-se um artigo na disciplina de História de Santa Catarina sob o título: "O mato virou roça e a roça virou mato: memórias de mudanças nas terras da Serra da Armação no litoral central catarinense". Também se editou um vídeo com as entrevistas e foi publicado no Youtube, em 18/12/20219, sob o título: "O mato virou roça e a roça virou mato", ainda ativo no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=rz_NVfj7Jgo>.

Nesta proposta à II MEPETH, como explicado, pretende-se partilhar uma experiência acadêmica, num relato de quem vivenciou a alegria pelas surpresas com a história oral, que em campo se mostrou serem muitas histórias orais.

EXTENSÃO

06/12 a 10/12

II MEPETH

MOSTRA DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO DO
PET HISTÓRIA

CARTOGRAFIA & ARTE: CONEXÕES ENTRE CARTOGRAFIA E ARTE NO PASSADO E PRESENTE ATRAVÉS DO *ARCGIS STORYMAPS*

Autora: Fernanda Buttini Barczak (buttinifernanda@gmail.com)

Orientador: Prof.º Tiago Kramer de Oliveira

O presente projeto de extensão está sendo desenvolvido no PET História – UFSC desde junho de 2021 e pretende-se concluí-lo nesse mesmo ano. O projeto consiste no estudo das relações entre cartografia arte tanto no período moderno, como no contemporâneo. O objetivo principal é a criação de uma série de dois conteúdos digitais, a partir da ferramenta *ArcGis StoryMaps*, que intenciona funcionar tanto como um conteúdo de história pública que ofereça novos olhares para a cartografia, como uma ferramenta didática que gere novas possibilidades para o uso da cartografia no ensino de história.

O uso da cartografia em sala de aula se baseia principalmente no modelo científico-normativo das sociedades ocidentais (SEMMANN, 2011), deixando de lado formas de mapeamentos subalternas. Mapas não são espelhos da realidade, eles constroem mundos e mascaram interesses (WOOD, 2010). Mas, a cartografia não é apenas fruto do poder hegemônico, outros sujeitos se apropriam dessa linguagem. Portanto, além de ferramenta técnica para localização, a cartografia pode ser entendida como fonte para compreender relações de poder, intercâmbios culturais, expressões artísticas, visões de mundo e diversos outros elementos. Nesse sentido, esse projeto visa expandir os usos da cartografia no ensino de história, apresentando novas possibilidades.

A série de conteúdos está sendo produzida no formato *StoryMaps*, na plataforma *ArcGIS*. A plataforma permite criar sites de maneira simples a partir de *layouts* prontos, e adicionar textos, mapas interativos, imagens, vídeos e links.

Desse modo, o primeiro conteúdo da série já está concluído e será publicado em breve. Intitulado “Cartografia & Arte: a arte no mapa”, o conteúdo investiga as maneiras como a arte emerge na cartografia, enfocando o período moderno, mas adentrando também em outras temporalidades. A Época Moderna é marcada por mapas que, por vezes, aproximaram-se das expressões artísticas do período, beberam de técnicas advindas da pintura ou até mesmo foram apreciados e colecionados da mesma maneira que as obras de arte. O estudo parte do trabalho de autores como Ronald Rees (1980), Felix Thürlemann (2013) e Valéria Mafrè (2013).

Por sua vez, o segundo conteúdo da série encontra-se em fase de estruturação e escrita. Intitulado “Cartografia & Arte: o mapa na arte”, busca mostrar como, ao passo que houve o esforço de retirar dos mapas os elementos artísticos citados no conteúdo anterior do século XVIII em diante, na contemporaneidade, com as quebras de paradigmas da arte, os artistas passam a se interessar pelos mapas. A cartografia “oficial” esteve, muitas vezes, relacionada ao exercício de poder e controle do espaço (HARLEY, 2005), mas os mapeamentos não se realizam apenas de cima para baixo, diversos artistas contemporâneos produziram cartografias subversivas, contestando formas de mapeamento hegemônicas. O estudo dessas cartografias subversivas vem se desenvolvendo no campo da geografia cultural, conceitos como os de Denis Cosgrove (2005), Denis Wood (2010) e Jörn Seemann (2012), portanto, embasam a pesquisa.

Quem instiga-nos a envolver essa temática no ensino é o autor Jörn Seeman (2012), que propõe uma nova abordagem a educação cartográfica: “subverter a cartografia significa questionar e desafiar a visão (pre)dominante (e às vezes excludente) sobre o fazer cartografia e procurar formas alternativas de representar espaços, lugares e territórios.” (SEEMANN, 2012, p. 140).

Por conseguinte, a conclusão do primeiro conteúdo demonstrou a indissociabilidade entre cartografia e arte na história da cartografia e a importância da dimensão estética para a compreensão dos mapas. Constatou-se que a estética dos mapas não pode ser isolada de suas dimensões políticas e científicas: tanto a cientificidade da cartografia se transpõe esteticamente quanto o que parece mera decoração pode revelar profundas relações de poder. Ainda, o andamento do segundo conteúdo aponta para resultados de pesquisa que evidenciem a cartografia feita por artistas como potencial transmissora de ideias, emoções, críticas e sensações. Questionando os métodos próprios da ciência cartográfica, os artistas conseguem alcançar mais profundamente os aspectos subjetivos das relações entre os indivíduos e o espaço. Por fim, a plataforma *ArcGis StoryMaps* vem se revelando bastante atrativa como ferramenta para o desenvolvimento de conteúdos didáticos na área do ensino de História.

Referências

COSGROVE, Denis. Maps, Mapping, Modernity: Art and Cartography in the Twentieth Century, **Imago Mundi: The International Journal for the History of Cartography**, 2005, 35-54.

HARLEY, J. B. **La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía**. México: FCE, 2005.

MANFRÈ, Valeria. La Sicilia de los cartógrafos: vistas, mapas y corografías en la Edad Moderna. **Anales de Historia del Arte**, v. 23, 2013, p. 79-94.

REES, Ronald. Historical Links between Cartography and Art. **Geographical Review**, Vol. 70, N° 1 (Jan., 1980), pp. 60-78

SEEMANN, Jörn. O ensino de cartografia que não está no currículo: olhares cartográficos, “carto-fatos” e “cultura cartográfica”. In: NUNES, Flaviana Gasparotti. (Org.). **Ensino de Geografia: Novos Olhares e Práticas**. Dourados: Editora da UFGD, 2011, p. 37-60.

SEEMANN, Jörn. Subvertendo a cartografia escolar no Brasil. **Revista Geografares**, n°12, p.138-174, Julho, 2012 ISSN 2175 -370. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/a1f4/43e230127131be613e4bb539aaceca2e6e4a.pdf>> Acesso em: 10/05/2021

THÜRLEMANN, Felix. Olhar como os pássaros. Sobre a estrutura de enunciação de um tipo de mapa cartográfico. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 118-132, dez. 2011

WOOD, Denis. **Rethinking the Power of Maps**. New York and London: Guilford, 2010.

HISTÓRIAS DA ESCRAVIDÃO E DA LIBERDADE: HISTÓRIA PÚBLICA ATRAVÉS DE UM PODCAST IMERSIVO

Autores: Fernanda Buttini Barczak (buttinifernanda@gmail.com);
Pedro Gabriel Viana de Souza (viana.pedrog@gmail.com)
Orientadores: Prof.º Tiago Kramer de Oliveira;
Prof.º Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

O presente projeto de extensão consiste em uma série de podcasts, composta por três episódios, que tematizam a história da escravidão com enfoque na cidade de Nossa Senhora do Desterro, no Brasil, e Havana, em Cuba, no século XIX. O projeto foi desenvolvido na disciplina Laboratório de Ensino de História Pública: Audiovisual de Novas Mídias, ministrada pelo Prof.º Tiago Kramer de Oliveira. Objetivou-se, através de narrativas imersivas que aproximam o ouvinte das experiências abordadas, estabelecer aproximações e afastamentos da escravidão urbana nos dois pontos do globo, a partir de um jogo de escalas.

A pesquisa desenvolvida na elaboração desta série de podcast se debruçou sobre as práticas escravistas no chamado Mundo Atlântico oitocentista, com o recorte temporal variando a segunda metade do século XIX na cidade de Desterro e meados do mesmo século na cidade de Havana. Buscando realizar uma análise comparativa dos contextos escravistas, foram utilizados como objetos históricos as narrativas de dois sujeitos que vivenciaram diretamente estes contextos sociais e que haviam sido submetidos à escravidão. A escolha por uma metodologia comparativa se deu pelo fato da mesma não apenas tornar mais atraente o podcast ao público, podendo aproximar ouvintes que se interessem tanto pela história brasileira quanto caribenha, mas também a fim de alcançar maiores resultados ao promover a reflexão e desnudar o entrelaçamento global dos eventos históricos ocorridos com a escravidão em todo o mundo no século XIX, como trabalhado por Piqueras Arenas (2016). Assim, realizando um jogo de escalas que nos permitiu levar o ouvinte do contexto micro dos sujeitos retratados à visão e compreensão mais global dos eventos que os mesmos vivenciaram, tomando de empréstimo a metodologia de Revel (1998). Deste modo, buscamos trazer diversos elementos do cotidiano destes sujeitos e inseri-los na dinâmica global de suas sociedades e seu tempo.

Dessa forma, os dois primeiros episódios inserem o ouvinte no cotidiano das sociedades oitocentistas e nas tramas dos sujeitos escravizados, livres e libertos, como vivenciaram os limites e possibilidades em suas vidas e quais foram seus horizontes de

expectativa. Para o efeito de imersão desejado, foram utilizados sons que ambientam a narrativa, trechos de músicas e alternância de vozes.

O primeiro episódio, intitulado “Episódio 1: Desterro” introduz o ouvinte ao dia a dia do Mercado Público de Desterro, centrando-se na história da liberta Maria da Mina, investigada principalmente nas pesquisas de Fabiane Popinigis (2013) e sua tentativa de alcançar a liberdade para um conhecido também de Desterro. Já o segundo episódio, intitulado “Episódio 2: Havana”, enfoca a trajetória do escravizado Luis Arbino, investigado nas pesquisas de Aisnara Díaz e María de los Ángeles Fuentes (2016) em sua batalha judicial buscando alcançar a própria liberdade sob a alegação de que fora ilegalmente escravizado. Por fim, o terceiro episódio, intitulado “Episódio 3: Mundo Atlântico” conclui a série, estabelecendo conexões globais entre as experiências anteriormente apresentadas, de modo a demonstrar os entrelaçamentos entre as duas dinâmicas escravistas abordadas e suas incongruências, possibilitando diversas reflexões ao ouvinte sobre o que teria sido a própria escravidão africana nas Américas no século XIX e qual o campo de possibilidades em que os escravizados poderiam agir e elaborar estratégias.

O projeto resultou na série de podcasts disponível na plataforma de streaming *Spotify* (disponível em: <https://open.spotify.com/show/3ttSVr06ZDgYoSB1UIt0II>), lançada no dia 24 de setembro de 2021, obtendo em um mês, um total de 93 reproduções e 64 ouvintes. Pretende-se, ainda, dar continuidade a divulgação em redes sociais para um maior alcance de público. O formato podcast, apesar de acarretar desafios, se mostrou bastante potencial para a produção de conteúdos digitais de história pública, essencialmente por possibilitar a imersão do ouvinte nas experiências narradas.

Referências

FUENTES, María de Los Ángeles Meriño; DÍAZ, Aisnara Perera. **Nascer livre na Bahia de Todos-os-Santos**: um pretexto para reclamar a liberdade em Cuba, 1817-1819. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 54, n. 295, p. 295-341, 2016.

PIQUERAS ARENAS, José A. in MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo. **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**. Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

POPINIGIS, Fabiane. "Maria Mina e as disputas pelo mercado de trabalho em Desterro, século XIX". *Revista de História Comparada* [Online], 7.1 (2013): 115-135. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/view/368> Acesso em: 15/07/2021

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

INSCRITO NA PEDRA, PRODUÇÃO E RESULTADOS DO PRIMEIRO VÍDEO “ARQUEOLOGIA BRASILEIRA”

Autora: Alice Lopes de Souza (alicelopesdesouza1@gmail.com)

Orientador: Prof. Dr. Tiago Kramer de Oliveira

O projeto *Inscrito na Pedra: Inscrições Rupestres na Ilha de Santa Catarina* consiste no estudo das inscrições rupestres presentes na ilha de Santa Catarina, onde atualmente se encontra a cidade de Florianópolis, como objeto de pesquisa, ensino e extensão em sua indissociabilidade. Busca-se analisar o contexto espaço-temporal em que essas representações foram produzidas, suas interpretações arqueológicas e históricas e sua apropriação como um elemento da identidade local presente na construção do patrimônio paisagístico da cidade.

A pesquisa encontra-se em andamento desde 2019 e possui o objetivo de produzir vídeos informativos, cada qual com uma temática própria, mas seguindo o pensamento central do projeto como fio condutor. O primeiro trata da construção histórica da Arqueologia Brasileira e o segundo discorre sobre as inscrições rupestres presentes na Ilha de Santa Catarina. A escolha da produção audiovisual como ferramenta de ensino e extensão se deu pelo entendimento das potencialidades e contribuições que esses materiais oferecem para a diversificação metodológica do ensino de História, com a incorporação de novas tecnologias e o desenvolvimento da criatividade e da imaginação dos alunos.

Além da construção de um conjunto imagético, os vídeos possibilitam atividades cognitivas e exigem uma abordagem crítica acerca de sua produção enquanto documento histórico, perpassado pelos conflitos sociais e políticos de seu contexto. Também possibilitam a elaboração da consciência histórica, ou seja, o conjunto de operações mentais que possibilitam interpretar a experiência temporal como história e dar sentido à vida prática dos sujeitos (ABUD, 2003; RÜSEN, 2007).

Dessa forma, este trabalho busca contribuir para a construção da consciência histórica e do pensamento patrimonial a partir de um ponto de vista histórico e arqueológico, entendendo a patrimonialização como um campo político marcado por disputas, seleções e negociações de hierarquias, em que a construção de uma noção de “patrimônio nacional” deve ser resultado de múltiplos debates, ultrapassando o espaço acadêmico (DELGADO, 2008; MACHADO, MONTEIRO, 2010).

Pretendemos abordar neste resumo um pouco sobre a produção, a prática e os

resultados do primeiro vídeo, que encontra-se finalizado e disponível no *YouTube*. De maneira geral, o vídeo denominado “Arqueologia Brasileira” procura trabalhar especificamente sobre o que é a Arqueologia; o que os profissionais dessa ciência estudam; se podemos dizer que existe uma Arqueologia Brasileira; se sim, como ela foi constituída e como ela auxilia nos estudos e reconhecimentos dos povos indígenas, e suas respectivas culturas, que resistem e existem até o tempo presente. O intuito da construção de seu roteiro foi entender um pouco mais sobre Arqueologia antes de estudá-la de maneira mais específica, com o recorte dos vestígios inscritos e da região da Ilha de Santa Catarina.

Ousamos afirmar que a escolha da produção de audiovisual como extensão foi e ainda é desafiadora. Para chegarmos aos fatos e positivos resultados que um ensino de história com fontes visuais pode possibilitar, cursamos um longo caminho: tanto o levantamento bibliográfico quanto a sua leitura foram essenciais na escrita do roteiro. A não familiaridade com roteiros de produção audiovisual nos fez procurar cursos, para aprender sobre esse tipo de escrita. As etapas da escrita do roteiro foram seguidas à risca e antecederam as produções imagéticas (animações, composição de cores e de ilustrações) e a busca por imagens nas bibliotecas, acervos e exposições digitais. Por fim, tudo levou à gravação do áudio, edição e finalização do vídeo.

O resultado é mais palpável do que imaginamos durante sua produção. A cobertura que as mídias sociais atualmente possuem possibilita o alcance de cada vez mais pessoas, colocando em prática a ampliação da experiência do público com a construção histórica e científica da Arqueologia. Bem como a sua relação com uma história indígena de longa duração, o aumento da capacidade de interpretar essas experiências e o reforço da orientação, em meio aos conflitos do tempo presente, acerca da questão indígena. Portanto, esperamos conquistar mais do que apenas visualizações com essa pesquisa, o segundo vídeo conta com mais conhecimento sobre o assunto, mais experiência na edição e a esperança de conquistar ainda mais do que o primeiro.

Referências Bibliográficas:

ABUD, Kátia Maria. A construção de uma Didática da História: algumas idéias sobre a utilização de filmes no ensino. **História**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 183-193, 2003.

DELGADO, Andréa Ferreira. Configurações do campo do patrimônio no Brasil. *In*: BARRETO, Euder Arrais *et al.* (orgs.). **Patrimônio Cultural e Educação**: artigos e resultados. Goiânia: Ed. UFG, p. 97-115, 2008.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro; MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. Patrimônio, identidade e cidadania: reflexões sobre Educação Patrimonial. *In*: BERGAMASCHI, Maria Aparecida *et al.* (orgs.). **Ensino de História**. Desafios Contemporâneos. Porto Alegre: Est, Exclamação, Anpuh/RS, p. 25-37, 2010.

RÜSEN, Jörn. **História Viva**: Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: UnB, 2007. 159p.

SOUZA, Alice Lopes; PASSOS, Murilo Custodio dos. Inscrito na Pedra: Inscrições Rupestres na Ilha de Santa Catarina. *In*: MEPETH, 1. 2020, Florianópolis. **Anais eletrônicos**. Disponível em: < <https://pethstufsc.wixsite.com/mepeth/anais-eletr%C3%B4nicos> >. Acesso em: 28 out. 2021.

TERRAS COMUNAIS: FLORIANÓPOLIS ENTRE O RURAL E O URBANO

Autora: Kassia Rossi (kassiaa.rossi@gmail.com)

Orientador: Tiago Kramer de Oliveira

“Terras Comuns: Florianópolis entre o rural e o urbano” é um trabalho de extensão realizado no PET História UFSC, no período de junho de 2020 e maio de 2021. Insirido no projeto “História Urbana de Florianópolis” do PET, esse trabalho tinha como objetivo a criação de um conteúdo digital que debatesse, de maneira geral, questões fundiárias em Florianópolis e suas relações com o direito à terra e as desigualdades sociais, por meio da temática de terras de uso comum na Ilha de Santa Catarina.

Para isso, em um primeiro momento foi feito o levantamento de bibliografia e leitura, que incluem autores como Márcia Maria Menendes Motta (1996) e James Holston (1993), os quais estudam períodos e localidades diferentes, mas contribuem para entender a natureza da exploração agrária no país. E também autores que tratam sobre terras de uso comum e apropriações de terras em Florianópolis como Campos (1989) e Schinke (2017). Depois disso, o material foi estruturado e redigido, ao mesmo tempo em que as imagens e mapas foram sendo elaborados. Por fim, foi feita a montagem e publicação do material no ArcGIS Story Maps. Essa ferramenta permite a criação de sites a partir de layouts fornecidos pela plataforma, na qual é possível a introdução de textos, imagens e, principalmente, a criação de diferentes tipos de mapas.

Como resultado, tem-se uma série de três conteúdos, que contém textos, vídeos, imagens e mapas interativos. A primeira parte, “As terras de uso comum na Ilha de Santa Catarina”¹, trata sobre a utilização de terras comunais associadas à colonização açoriana e madeirense na Ilha de Santa Catarina. A segunda parte, “Terras Quilombolas”², aborda os quilombos como terra de uso comum. E, por último, em “Políticas de terras no Brasil e as desigualdades sociais”³, é discutida sobre a história da política de terras no país e como ela nos ajuda a entender historicamente as desigualdades no espaço urbano de Florianópolis. A série “Terras Comuns” parte de uma reportagem especial do jornal ND, “Cidade Ameaçada”, de agosto de 2020, uma publicação que fortalece visões estereotipadas,

¹ Disponível em: <<https://arcg.is/1WWniS>>.

² Disponível em: <<https://arcg.is/1f1Hba>>.

³ Disponível em: <<https://arcg.is/0GHfCv>>.

associando ocupações ao tráfico de drogas e responsabilizando os moradores de assentamentos informais e ocupações pela pobreza urbana e degradação ambiental. Essa reportagem é utilizada no conteúdo digital para apontar que os problemas relacionados à terra no Brasil são históricos e relacionar expropriação de terras ao crescimento da população periférica no centro de Florianópolis.

Referências

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina**, 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

HOLSTON, James. **Legalizando o ilegal**: propriedade e usurpação no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 21, ano 8, fev. 1993.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX, 1996. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

SCHINKE, Gert. **O golpe da “Reforma Agrária”**: Fraude bilionária na entrega de terras públicas em Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 2. ed. rev., 2017.

UYRUMA- MUSEU DIGITAL DE HISTÓRIA INDÍGENA

Autor (a): Sara Lima (lima.saraa@outlook.com)

Orientador (a): Juliana Salles Machado Bueno

O projeto UYRUMA, Museu digital de História Indígena, busca contribuir para a visibilidade de uma crescente reflexão acerca das Histórias Indígenas no Brasil, partindo de perspectivas interdisciplinares e colaborativas, contando com uma rede de apoio entre historiadores, arqueólogos, antropólogos, mulheres e homens indígenas e ribeirinhos, acerca do passado e presente ameríndio. Esta proposta é um desdobramento de um projeto de pesquisa e extensão, desenvolvida pela professora Juliana Salles Machado Bueno, intitulado “Fag.Tar. A Força delas. Mulheres Indígenas e territorialidades no passado/presente no Brasil” (Machado 2018). O primeiro volume do portal/revista pode ser acessado no www.fagtar.org.

Com o avanço da globalização, a tecnologia tem se inserido cada vez mais no nosso cotidiano, fazendo com que informações e conhecimentos se intensifiquem rapidamente. Nazari e Forest (2002) refletem como as contribuições tecnológicas tem estimulado a criação de grupos de estudos multidisciplinares, focando nas interfaces entre educação, ciência e vida cotidiana. Assim, a apropriação dessas ferramentas por parte de autores e pesquisadores tem sido cada vez mais recorrente, como tem feito a historiadora e educadora, Luma Ribeiro Prado, que atua como co-roterista e apresentadora do De Olho na Resistência, um boletim audiovisual sobre as lutas dos povos do campo - um programa no youtube do De Olho nos Ruralistas.

O projeto UYRUMA consiste em prosseguir com os resultados positivos da pesquisa Fagtar, incluindo, ampliando e diversificando as biografias de homens e mulheres indígenas de todo país. Além de explorar as linguagens visuais expositivas, produzidas com/ sobre e por pessoas indígenas, resultando na construção de um Museu de História indígena em formato digital, onde poderá ser encontrado, além dessas exposições, acervos com entrevistas e séries online com tema e protagonismo indígena, e mais uma gama de guias, documentos e ferramentas pedagógicas para uso em salas de aula, apresentando assim, um espaço de partilha dos saberes e debates históricos culturais dos povos indígenas.

O desenvolvimento desta proposta será realizado em duas etapas:

- 1) criação de banco de dados com os conteúdos a serem veiculados: a) Biografias de homens e mulheres indígenas, além de autobiografias contemporâneas das

colaboradoras da pesquisa, entrevistas com lideranças atuais; b) biografias de lugares, que poderão ser apresentadas na forma de vídeo, imagens ou texto; c) biografia de objetos, que poderão ser apresentadas na forma de vídeo, imagens ou texto.

- 2) criação de site para veiculação dos conteúdos, em diálogo com ferramentas digitais tais como Google Arts and Culture ou Tainacan. Após a escolha da plataforma, serão inseridos no site os conteúdos anteriormente sistematizados.

Uyruma era uma das línguas falada pelo povo Aruan que habitavam onde hoje é a Ilha Caviana, localizada na foz do Amazonas. Registros acerca dessa língua podem ser encontrados nos escritos do Padre Antônio Vieira feitos no século XVI, assim como nas coletas do naturalista Domingos Ferreira Pena realizado em 1877, que está disponível no site do Museu Nacional Brasileiro. Infelizmente assim como tantas outras, a língua Uyruma foi extinta durante os processos de colonização e desapropriamento das terras indígenas no norte do país. Assim, o projeto recebeu esse nome como forma de homenagear e resgatar as tradições, saberes e memórias desse e tantos outros povos que foram e continuam sendo atacados e apagados pelas instituições brasileiras. Dessa forma, os objetivos do projeto baseiam-se na necessidade de visibilizar trajetórias e enredos que são de extrema importância para a História do Brasil, partindo de uma aproximação decolonial, que gere um impacto social positivo na representação e identificação das várias epistemologias e cosmovisões de mundos, além de descentralizar o conhecimento, e as formas de se produzir os saberes científicos, como também, visa compilar e sistematizar dados acerca de pessoas, objetos e lugares que narrem os caminhos que compõe a História do Brasil.

A proposta metodológica consiste, em uma análise, sistematização de dados e a realização de biografias de pessoas, lugares e objetos, que possam contar um pouco sobre os povos originários. Tendo como enfoque uma abordagem da macro-histórias orais e visuais, que sejam capazes de tecer uma ligação entre as histórias pessoais e coletivas na recriação de relações de territorialidades e no imaginário social.

O projeto ainda está em andamento, mas já foram realizados alguns levantamentos de dados, como lives e minisséries online que foram produzidas por portais e personalidades indígenas, no contexto da pandemia de Covid-19. Ademais algumas entrevistas que irão ao site do Uyruma podem ser encontradas no portal: <https://fagtar.org>.

Referências Bibliográficas:

MACHADO, Juliana Salles: Û TÕ DÉN TXI KABEL. Aqueles que contam histórias:memória e território Laklãnõ (Xokleng). Research Report. FAPESP, Universidade de São Paulo. 2013

MACHADO, Juliana Salles História(s) Indígena(s) e a prática arqueologia colaborativa. Revista de Arqueologia da SAB. 2012.

MACHADO, JULIANA E JACODSEN, JOZILEIA DANIZA. 2018. Fág.Tar. A Força delas. Mulheres Indígenas e territorialidades no passado/presente no Brasil. Projeto de pesquisa, UFS/UFSC, CNPq.

NAZARI, FOREST 2002 (apud "Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação" KENSKI, 2007).

PESQUISA

06/12 a 10/12

II MEPETH

MOSTRA DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO DO
PET HISTÓRIA

A ESPACIALIZAÇÃO DA ECONOMIA E RELAÇÕES DE PODER NO BRASIL COLONIAL (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVIII)

Autor: José Antônio Alves (j.alves.antonio@gmail.com)

Orientador: Tiago Kramer de Oliveira

Os estudos acerca dos aparatos e dispositivos administrativos do Império Português na porção americana de seu domínio têm colaborado para a construção de um debate historiográfico bastante intrincado ao longo dos anos. Para muitos, as principais características da administração no período colonial brasileiro foram seus órgãos portadores de uma complexidade ímpar, uma regulamentação esparsa que dava origem a sobreposição de funções e competências, além de um corpo legislativo criado a partir de processos pouco claros e metodologicamente fracos. Outros, no entanto, entendem a administração da América Portuguesa como um dos importantes fatores que possibilitaram o estabelecimento da empresa colonial lusitana nos trópicos do Novo Mundo, para eles a leis e alvarás eram geralmente aplicados de forma objetiva, bem como as unidades administrativas em América eram “sucursais obedientes de Lisboa”. Indo nem tanto ao mar e nem tanto à terra, para Laura de Mello e Souza, as visões acima não são excludentes. Segundo a mesma o “critério norteado pela realidade e o critério norteado pela lei” funcionam como duas faces de um mesmo objeto quando observados diante das necessidades locais (SOUZA apud SALGADO, 1985:17-18).

Esta pesquisa buscou colaborar com a discussão sobre a administração na América Portuguesa ao aclarar parte das situações que envolveram a espacialização da economia e relações de poder no Brasil colonial durante a primeira metade do século XVIII. Questões estas que estavam totalmente imbricadas com as concessões de nomeações, provisões e patentes na capitania de São Paulo entre os anos de 1721 e 1750, presentes no corpo documental aqui analisado. A bibliografia que deu embasamento ao trabalho é composta por títulos como *As Estruturas do Cotidiano* (1995), *Os jogos das trocas* (2009), ambos de autoria do historiador francês Fernand Braudel, e o primeiro capítulo do livro primeiro de *O Capital* (1996) de Karl Marx, chamado *A Mercadoria*. Tais referências vêm de encontro ao objetivo de compreender as dinâmicas econômicas nas quais a sociedade que produziu a documentação analisada estava imersa. Os livros *O Sol e a Sombra* (2006) de Laura de Mello e Souza, *Fiscais e Meirinhos* (1985) de Graça Salgado, *Fronteiras da Posse* (2018) de Tamar

Herzog e *Caminhos e Fronteiras* (1994) de Sérgio Buarque de Holanda constituíram os alicerces para uma melhor compreensão da sociedade e administração da capitania de São Paulo na primeira metade do século XVIII. Os enfoques teórico-metodológicos se estruturaram da leitura de obras como *Senhores & Caçadores* (1987) de Edward Palmer Thompson, *A Herança Imaterial* (2000) de Giovanni Levi, *Bases da Formação Territorial do Brasil* (2011) de Antônio Carlos Robert Moraes e *A Produção Capitalista do Espaço* (2005) de David Harvey.

A leitura do extenso corpo documental utilizado como fonte primária para o estudo resultou na criação de um banco de dados que poderá fazer parte de muitas pesquisas futuras. Foi criada uma tabela que permite a quem a manusear descobrir o nome dos requerentes de cargos, se essas concessões se faziam via provisão, patente ou nomeação, qual autoridade estava assinando o termo de concessão, em qual local seria exercido o cargo, qual o ordenado referente à função e se houve alguma forma de arrematação do cargo, além do valor pelo qual ocorreu tal arrematação, dentre outros aspectos. Percebeu-se o alastramento da administração paulista por um vasto território, que incluía lugares muito distantes como a Ilha de Santa Catarina e a vila real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. O movimento de incorporação dessa porção territorial nas malhas da economia-mundo europeia requereu dos agentes sociais que materializaram a empreitada um grande esforço, mas também abriu diversos espaços de mediações e lutas para que pudessem barganhar melhores condições de vida na hierarquia social da época. Logo, ao entrar em contato com os mistérios da administração colonial no Brasil durante a primeira metade do século XVIII faz-se possível lançar luz sobre alguns componentes das grandes redes econômicas e de relações de poder que, ao se espacializarem em solo americano, ajudaram a modelar formas singulares para as mais diversas existências humanas por elas tocadas.

Referências:

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Annablume, 2011.

ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BOXER, Charles Ralph. *The Golden Age Of Brazil (1695-1750)*. London: University of California Press, Ltd, 1962.

SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos: A administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

BETHENCOURT, Francisco. Configurações Políticas e Poderes Locais. In.: BETHENCOURT, Francisco & CURTO, Diogo Ramada (Orgs.). *A expansão marítima portuguesa*. Lisboa: Edições 70 LDA, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LEVI, Giovanni. *A herança imatereial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARLEY, John Brian. *La nueva naturaleza de los mapas*. México, FCE: 2005.

CONRAD, Sebastian *O que é história global?* Lisboa: Edições 70, 2019.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII: As Estruturas do Cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo séculos XV-XVIII: Os jogos das trocas*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HERZOG, Tamar. *Fronteiras da Posse: Portugal e Espanha na Europa e na América*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

MARX, Karl. *O Capital, Crítica da Economia Política: Livro Primeiro*. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2017.

A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DE ISRAEL E AS ESTRUTURAS NAQBA PALESTINA

Aluno: Victor Vargas Menna (vvrmena@gmail.com)

Orientador: Márcio Roberto Voigt

Coorientador: Michel Gherman

A primeira guerra árabe-israelense de 1948 configurou-se como um dos eventos mais marcantes tanto para a comunidade judaica da palestina que, a partir deste momento, consolida-se como um estado soberano e independente dentro do Oriente Médio, quanto para a comunidade palestina que, no contexto da guerra, vê a sua sociedade ser destruída, povoações destruídas e parte considerável de sua população em exílio. Os ecos da catástrofe (*Nakba* em árabe) dentro da perspectiva árabe-palestina, ou a Guerra de Independência (*Milchamat HaAtmout* em hebraico) dentro da narrativa israelense, se fazem presentes até os dias de hoje tanto na região de Israel e Palestina, como no mundo.

Esta pesquisa tem como objetivo a investigação das causas tanto estruturais quanto conjunturais da *Nakba* palestina, buscando entender a complexidade dos eventos que desencadearam o problema dos refugiados palestinos ao alargar a temporalidade da nossa investigação. Dessa forma, pretende-se ir além da reconstrução da sequência de eventos que levaram ao colapso da sociedade palestina durante o decorrer da guerra, e trazer um debate que considere a própria organização e estruturação dessa sociedade dentro do contexto de sua degradação no decorrer de 1948.

Para tal, buscaremos analisar a relação entre a ideologia sionista e a ideia de “transferência” - recuperando alguns debates dentro da historiografia, principalmente entre Benny Morris (2004) e Nur Masalha (1991); investigar a formação das instituições e lideranças palestinas através das discussões no interior desta historiografia - sobretudo as contribuições de Rashid Khalidi (2006) e Walid Khalidi (1971); por fim, analisaremos e discutiremos os planos de guerra e relatórios de inteligência, utilizados e produzidos no contexto do conflito, disponíveis nos arquivos israelenses;

Além disso, para a realização desta pesquisa também buscamos usar uma abordagem comparativa da história. Assim, é possível que trabalhemos o desenvolvimento de ambas as sociedades, judaico-sionista (*Yishuv*) e árabe-palestina, de forma conjunta e considerando as interações entre ambas ao longo do processo de suas respectivas formações e consolidações.

Para a formulação de nossa hipótese, nos apropriamos das considerações Khalidi (2008) que afirma sobre a necessidade da investigação da formação das instituições e

lideranças palestinas durante o período anterior à consolidação da *Nakba* para compreendermos suas essências. Através desta abordagem, somos capazes de aumentar a profundidade da nossa análise ao considerarmos diversos agentes e eventos que contribuíram ou dificultaram para a estruturação da sociedade israelense e palestina que entre 1947 e 1949 se confrontaram de forma aberta.

A hipótese inicial, ainda por ser verificada em nossa pesquisa, é que a estruturação do nacionalismo, das instituições e das lideranças palestinas sofreram um grande abalo durante os atritos prolongados entre a população palestina, a comunidade judaica e a administração do mandato britânico durante a primeira metade do século XIX. Em contrapartida, o *Yishuv* foi bem sucedido em organizar suas instituições, conseguindo estruturar um “proto-estado” antes mesmo da proclamação de sua independência em 1948, manter e treinar uma milícia organizada (a *Haganá*) e estruturar relações mínima de cooperação tanto com a administração britânica quanto com alguns estados árabes, em especial com a figura do rei Abdullah I da Jordânia (SHLAIM, 1988).

Referências:

KHALIDI, R. **The Iron Cage: The Story of the Palestinian Struggle for Statehood**. Oxford: Oneworld books, 2006.

KHALIDI, R. The Palestinians and 1948: the underlying causes of failure. In: ROGAN, E; SHLAIM, A. **The War for Palestine: rewriting the history of 1948**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 12-36. (Cambridge Middle East Studies).

KHALIDI, W. (Ed.). **From Haven to Conquest: Readings in Zionism and the Palestine Problem until 1948**. Beirute: The Institute for Palestinian Studies, 1971.

MASALHA, N. A critique of Benny Morris. **Journal of Palestian Studies**, Los Angeles, v. 21, p. 90-97, 1991.

MORRIS, B. **The Birth of the Palestinian Refugee Problem Revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SHLAIM, A. **Collusion Across the Jordan: king abdullah, the zionist movement, and the partition of palestine**. Columbia University Press: Nova Iorque, 1988.

A LUTA CONTRA A ESCRAVIDÃO ILEGAL NO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Autora: Andressa Aparecida Pastore (andressapastore1234@gmail.com)

Na vigência do sistema escravista no século XIX, negros livres e libertos sofriam a ameaça de serem escravizados ilegalmente. Casos de cativo ilegal estavam relacionados muitas vezes com a situação de status dúbia dos sujeitos onde não havia uma definição clara se eles poderiam ser considerados livres ou escravos.

As situações em que as pessoas eram escravizadas ilegalmente envolviam várias questões. Como o afastamento das redes de proteção, geralmente envolvendo o deslocamento espacial de onde existiam essas redes ou a morte de pessoas que serviam como “proteção” a uma eventual escravização. Com o fim do tráfico legal, africanos eram levados ilegalmente para o Brasil e aqui escravizados. Na fronteira com o Uruguai negros livres eram sequestrados e trazidos para o Brasil como escravos. Indivíduos batizados como livres eram escravizados. Libertados condicionalmente estavam em constante ameaça de serem tidos como escravos. Escravos não matriculados que segundo a Lei do Ventre Livre deveriam ser considerados libertos, muitas vezes não conseguiam adquirir esse status. Escravos libertados por testamento eram constantemente re-escravizados pelos herdeiros do falecido. Essas e outras situações colocavam os afro-descendentes livres e libertos e também indígenas em constante ameaça de serem escravizados ou reescravizados.

As histórias envolvendo pessoas escravizadas ilegalmente chegam ao nosso conhecimento principalmente via ações judiciais. É partir dessa documentação que fiz a minha pesquisa via o resumo e análise de processos digitalizados do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) disponíveis do acervo do Arquivo Nacional. Os processos do Fundo do Supremo Tribunal de Justiça relativos à escravização ilegal eram de 4 tipos: ações de liberdade, manutenção de liberdade, ações crimes e Habeas Corpus. Nos três primeiros o STJ julgava Revistas Cíveis de processos oriundos dos tribunais de 1ª e 2ª instância que poderiam mandar um processo para novo julgamento caso houvesse alguma “injustiça notória ou nulidade manifesta”. No caso dos Habeas Corpus, respondia a demandas de pessoas que se sentiam constrangidas ilegalmente nos seus direitos individuais.

A legislação do império mais diretamente relacionada ao tema da pesquisa era o artigo 179 do Código Criminal de 1830, que determinava a criminalização do ato da escravidão

ilegal. No acervo do STJ o que se observa é que a maioria dos processos eram da esfera cível ou Habeas Corpus. Sobre os Habeas Corpus não foi encontrado nenhum trabalho historiográfico que tenha como objeto esse recurso jurídico uma possibilidade de luta contra escravização ilegal. Ao longo da pesquisa constatamos que a partir da década de 1870, escravizados começam a requerê-lo com o objetivo de pressionar para uma interpretação mais abrangente desse recurso e de livrar-se de um cativeiro ilegal ou de uma prisão injusta por suspeita de ser escravo fugido.

Dos Habeas Corpus levantados na pesquisa todos foram negados, em grande medida porque no Segundo Reinado predominava uma interpretação conservadora sobre o uso do recurso que o pautava como válido somente em casos de prisão ilegal¹. Nas revistas cíveis o balanço também não foi favorável aos escravizados. Mas isso não quer dizer que não havia chances reais de conseguir-se liberdade pela via judicial, uma vez que na literatura especializada, apesar de não constituírem maioria absoluta, os casos de vitória de escravizados eram significativos.

O que se constata pelos documentos e pela bibliografia especializada é que ilegal não constituía uma série de casos isolados. Eram situações recorrentes que revelavam estruturas e relações sociais, desde a fragilidade da liberdade e da vida desses trabalhadores livres e libertos pobres até estratégias de manutenção do domínio e da exploração, com a conivência do Estado imperial. Mas os casos também registram as reações às tentativas de escravização. O fato de que relações de trabalho e as condições de vida das pessoas livres muitas vezes não se distanciavam daquelas dos escravizados, constituía ponto essencial para a viabilização do crime de uma escravização ilícita.

Bibliografia

ALMEIDA, Carla Beatriz. O Supremo Tribunal de Justiça no Segundo Reinado: Atribuições competência e funcionamento. Rio de Janeiro: **XIV Encontro regional da ANPUH-Rio Memória de Patrimônio**, 2010.

CAMARGO, Mônica Ovinski. O Habeas Corpus no Brasil Império: liberalismo e escravidão. Florianópolis: **Revista Seqüência**, n. 49, 2004, p. 71-94.

CANTISANO, Pedro Jimenez & DIAS PAES, Mariana Armond. 2018. Legal Reasoning in a Slave Society (Brazil, 1860–88). **Law and History Review** 36 (3), p. 471-510.

¹ KOERNER, Andrei. **Habeas-Corpus, prática judicial e controle social no Brasil (1841-1920)**. São Paulo: IBCCrim, 1999.

CHALHOUB, Sidney. The Politics of Ambiguity: Conditional Manumission, Labor Contracts, and Slave Emancipation in Brazil (1850s-1888), **International Review of Social History** v. 60 (2015), pp. 161-91.

CLAVERO, Bartolomé. Esclavitud y codificación en Brasil, 1888-2017: Por una historia descolonizada del derecho latinoamericano. **Revista de Historia del Derecho** 55 (2018): 27-89.

DANTAS, Monica Duarte. Constituição, poderes e cidadania na formação do Estadonacional brasileiro. In: Instituto Prometheus. (Org.). **Rumos da cidadania. A crise da representação e a perda do espaço público**. São Paulo: Instituto Prometheus, 2010, p. 19-58.

DANTAS, Monica Duarte; COSTA, Vivian. C. Regularizar a Constituição: Um novo direito penal e processual para um novo país. Projetos, tramitação e aprovação dos primeiros códigos do Império do Brasil (1826-1832). In: WEHLING, Arno; SIQUEIRA, Gustavo e BARBOSA, Samuel (Org.). **História do Direito: Entre rupturas, crises e descontinuidades**. Belo Horizonte: Arraes editores, 2018, 119-164.

DIAS PAES, Mariana Armond. O procedimento de manutenção da liberdade no Brasil oitocentista. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 339-360, jun. 2016.
ESPÍNDOLA, Ariana Moreira. **Papeis da escravidão: a matrícula especial de escravos**. Dissertação de Mestrado em História, UFSC, 2016.

GRINBERG, Keila e Rachel da Silveira CAÉ, Escravidão, fronteira e relações diplomáticas Brasil-Uruguaí, 1840-1860, **Africana Studia**, nº. 14 (2010), pp. 275-285.

GRINBERG, Keila. “As desventuras de Rufina: Escravidão, liberdade e tráfico de seres humanos na fronteira sul do Brasil no século XIX. In __: COTTIAS, Myriam; MATTIS, Hebe (orgs). **Escravidão e subjetividades: no Atlântico luso-brasileiro e francês (Séculos XVII-XIX)**. Marseille: OpenEdition Press, 2016.

_____. Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX. In: LARA, Silvia H. e MENDONÇA, Joseli M. N., (orgs). **Direitos e justiça no Brasil. Ensaio de história social**. Campinas, Editora da UNICAMP, 2006, pp. 101-128.

_____. Senhores sem escravos: a propósito das ações de escravidão do Brasil Imperial. Rio de Janeiro: **almanack braziliense** nº 06, 2007.

GUEDES, Roberto. Parentesco, Escravidão e Liberdade (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). Belo Horizonte: **VARIA HISTÓRIA**, vol. 27, nº 45, 2011, p. 233-263.

KOERNER, Andrei. **Habeas-Corpus, prática judicial e controle social no Brasil (1841-1920)**. São Paulo: IBCCrim, 1999.

LIMA, Henrique Espada. Sob o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. Rio de Janeiro: **Topoi**, v. 6, n. 11, p. 289-326, Dez. 2005.

LOPES, José Reinaldo de Lima. O Supremo Tribunal de Justiça no Império (1840-1871). In __: SLEMIAN, Andréa; LOPES, José Reinaldo de Lima; NETO, Paulo

Macedo Garcia. O Judiciário e o Império do Brasil: O Supremo Tribunal de Justiça (1828-1889). São Paulo: **Artigos Direito GV**, n. 35, 2009.

MAMIGONIAN, Beatriz G., e Keila GRINBERG. Le crime de réduction à l'esclavage d'une personne libre (Brésil, XIXe siècle). **Brésil(s). Sciences humaines et sociales**, nº 11 (2017).

MAMIGONIAN, Beatriz. Os direitos dos africanos livres. In: (Org.) DANTAS; Monica D.; BARBOSA, Samuel. **Culturas e práticas constitucionais (c. 1820-c. 1930)**. (Texto inédito)

Mattos, Hebe Maria. Escravidão e cidadania no Brasil monárquico. Rio de Janeiro: **Zahar**, 2000.

MCDANIEL, Caleb. **Sweet Taste of Liberty: A True Story of Slavery and Restitution in America**. Oxford, New York: Oxford University Press, 2019.

McKinley, Michele A. **Fractional Freedoms: Slavery, Intimacy, and Legal Mobilization in Colonial Lima, 1600-1700**. New York: Cambridge University Press, 2016.

PEDROZA, Antonia Márcia Nogueira. **Desventuras de Hypolita: luta contra a escravidão ilegal no sertão (Crato e Exu, século XIX)**. Natal: EDUFRN, 2018.

PINHEIRO, Fernanda Domingos. O perigo da (re)escravização: disputas judiciais de manutenção da liberdade na Mariana setecentista. São Paulo: **Revista Brasileira de História**, V. 38º, nº 79, 2018, p. 66-85.

SANTIN, Douglas Roberto Winkel; PEIL, Jandaia Vieira. O Habeas Corpus no Império do Brasil. In: Almeida, Bruno Rotta (org.) **Punição e controle social: Reconstruções históricas do ideário punitivo brasileiro**. Pelotas: editora e Cópias Santa Cruz, 2014, p. 194-218

SCOTT, Rebecca. Paper Thin: Freedom and Re-enslavement in the Diaspora of the Haitian Revolution. **Law & Hist. Rev.** 29, no. 4 (2011): 1061-87.

SLEMIAN, Andréa. O Supremo Tribunal de Justiça nos primórdios do Império do Brasil (1828-1841). In: SLEMIAN, Andréa; LOPES, José Reinaldo de Lima; NETO, Paulo Macedo Garcia. O Judiciário e o Império do Brasil: O Supremo Tribunal de Justiça (1828-1889). São Paulo: **Artigos Direito GV**, 2009.

A VITIVINICULTURA E O TURISMO DO VINHO NAS AMÉRICAS

Autoras: Júlia Mai Velasco (jmaivelasco@gmail.com)
Laianny Cristine Gonçalves Terreri (laiannyterreri@gmail.com)
Orientadora: Eunice Sueli Nodari (eunice.nodari@gmail.com)

O presente trabalho faz parte do projeto de pesquisa intitulado “Da terra à mesa: uma história ambiental da vitivinicultura nas Américas”, que tem como objetivo investigar e comparar o processo histórico de desenvolvimento da vitivinicultura nas Américas, considerando as transformações ocorridas nos aspectos socioambientais e culturais e entendendo a crescente importância da uva e do vinho como *commodities* no mercado mundial. O recorte geográfico da pesquisa abrange a Província de Mendoza, na Argentina, os estados do Sul do Brasil e o Vale Central no Chile, na América do Sul, e o recorte histórico são os séculos XIX, XX e XXI, enquadrando o projeto na perspectiva de longa duração da História Ambiental Global.

Para o desenvolvimento da pesquisa, são aliadas duas metodologias: a História Ambiental e a *Spatial History* ou SIG Histórico. A História Ambiental se constitui, de forma sucinta, no estudo da relação das sociedades humanas e a natureza. O ponto de partida de nossa pesquisa é o entendimento da particularidade com a qual cada sociedade relaciona-se com o meio ambiente. Assim, nossa história ambiental caracteriza-se como uma forma de olhar para o passado e enxergar como o espaço e elementos naturais participaram da constituição de sujeitos e sociedades. Como afirma Donald Worster, “seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados” (WORSTER, 1991, p. 2). A *Spatial History*, em adição, contribui para compreender o processo de como os seres humanos conviveram e alteraram a paisagem não só por meio da análise de fontes escritas, mas também pela junção de diversos tipos de dados quantitativos e espaciais num sistema de informações geográficas que permite a visualização e a percepção de novas informações. Ela advém de um movimento das Humanidades Digitais e se constitui, segundo Richard White, em um meio de fazer pesquisa, gerando perguntas que talvez não surgissem de outra maneira, além de revelar relações históricas que poderiam passar despercebidas (WHITE, 2010).

O projeto é uma parceria entre o Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA) da Universidade Federal de Santa Catarina, com o Center for Spatial

and Textual Analysis (CESTA) da Universidade de Stanford, bem como com a Universidad Nacional de General Sarmiento, o Instituto Argentino de Nivologia, Glaciologia e Ciencias Ambientales (LANIGLA-CONICET) e a Universidade de Cuyo.

A análise do processo de transformação e reconfiguração das paisagens americanas pelas parreiras pretende auxiliar na compreensão da importância socioambiental e econômica da vitivinicultura nas regiões onde ela foi introduzida e como o meio ambiente foi afetado e alterado.

O vinho representou, e até hoje representa, um estilo de vida, e a introdução de sua produção nas Américas significava a manutenção do mesmo para aqueles que se encontravam longe de suas terras natais (NODARI & FRANK, 2019, p. 186). A atividade vitivinícola está relacionada não apenas à uva e ao vinho, mas a métodos de produção, às alterações na paisagem, aos impactos sociais e econômicos nas regiões em que se faz presente, e, de forma cada vez mais crescente, no movimento de turistas pelo mundo através do chamado enoturismo, o turismo do vinho.

O caráter turístico do vinho e dos vinhedos começou a ser explorado pelas vinícolas apenas nas últimas décadas, com investimentos consideráveis no setor e o desenvolvimento de estruturas para tal, como museus, restaurantes, lojas e hospedagens junto às vinícolas (PEREIRA *et al*, 2012). Um dos fatores essenciais a esta atividade, e dos mais chamativos para o turista, é a paisagem. A paisagem vitivinícola é muito característica. O que os enoturistas buscam através dela é uma nova relação com a natureza e o que imaginam como natural ou rural associado à calma e à tranquilidade, além da valorização da produção artesanal. Já as vinícolas buscam, através da valorização das paisagens, afirmar a identidade e qualidade dos produtos, compreendendo que o lugar que ocupam é portador de valores e tradições que podem ser explorados. Assim, as paisagens são estilizadas para a mercantilização da experiência vitivinícola (PASTOR *et al*, 2017).

Referências

NODARI, Eunice Sueli; FRANK, Zephyr. Vinhos de Altitude no Estado de Santa Catarina: a afirmação de uma identidade. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, pp. 183 - 200, jan./abr. 2019.

PASTOR, Gabriela Claudia; TORRES, Laura; CEPPARO, Virginia Grosso; PASTOR, Lucio Marinsalda. La seducción del paisaje: enclaves de turismo de lujo en mendoza, argentina. In: Congreso El Extractivismo En América Latina: Dimensiones Económicas, Sociales, Políticas y Culturales, 2017. **Anais...** 2017, p. 122-137.

PEREIRA, Varico; JOUKES, Veronika; COSTA, Isabel; PEREIRO, Xerardo. O enoturismo como promotor da sustentabilidade da atividade turística regional: o projeto da "casa do vinho de valpaços". **Revista de Ocio y Turismo**, Coruña, n. 5, 2012, p. 21-40.

WHITE, Richard. **What is Spatial History**. Disponível em: <https://web.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/pub.php?id=29>>; Acesso em 27 out. 2021.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 8, n. 8, 11.

AGENDAS FEMINISTAS-SOCIALISTAS E SUAS REPERCUSSÕES NA I E II CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE MULHERES SOCIALISTAS (1907-1917)

Autora: Maria Luiza Péres (maria.luizaperes@hotmail.com)

Orientadora: Glaucia Cristina Candian Fraccaro

Neste trabalho, reflito acerca do projeto de emancipação de trabalhadoras proposto por mulheres socialistas durante a II Internacional (1889-1916). Com o objetivo de focar em determinados debates e categorias, investigo as agendas e resoluções da Primeira e da Segunda Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, ocorridas em 1907 e 1910, em Stuttgart e Copenhague. Enquanto a Primeira Conferência marca o ponto de partida da pesquisa, o recorte final está situado no ano de 1917, quando a Revolução Bolchevique inaugurou a primeira experiência socialista de longo prazo e, nesse contexto, as operárias e camponesas passaram a ser alvo direto de políticas públicas cujos objetivos eram “a desagregação da família e a libertação das mulheres” (GOLDMAN, 2014, p. 15). A existência de uma prática política de emancipação feminina socialista trouxe novos personagens, debates e desafios para a questão das mulheres, alterando os projetos anteriormente assentados. Nestes, noções de cidadania, direitos trabalhistas e equidade no espaço público e privado foram construídas. Meu objetivo é investigar como as políticas socialistas e feministas foram combinadas nessa experiência de uma década, entre 1907 e 1917, e como elas influenciaram consensos internacionais.

A escolha temática é também resultado de um desejo de articular gênero, raça e classe na pesquisa histórica. Ao propor a existência de um movimento feminista e socialista no século XX, afasto-me de uma interpretação historiográfica tradicional em que a história do feminismo é colocada à parte de uma história da esquerda e das lutas pelas liberdades democráticas. Com isso, privilegia-se a interface entre ambos os movimentos sociais, identificando a presença de mulheres que relacionaram a emancipação feminina e o socialismo em ações políticas práticas. Ao mesmo tempo, essa ideia se coloca na contramão de uma história progressista do feminismo, cuja narrativa é desenvolvida através da metáfora de ondas. O recorte temporal desta pesquisa está situado dentro da Primeira Onda, mas foge da homogeneidade prevista pela historiografia oficial (HEMMINGS, 2007). Muito além do sufrágio e do ativismo de classe média, acredito que o movimento feminista do período trouxe consigo críticas à estrutura de classes e a necessidade de proteção social das mulheres. Em termos de raça, verifica-se que os consensos estabeleciam uma visão das mulheres ocidentais,

na medida em que as reuniões não incluíam delegações de países colonizados. A articulação entre gênero e classe aqui estabelecida, então, é limitada pelas dinâmicas da colonialidade, expostas pela ausência de países latinos e asiáticos em ambos os eventos.

Ao mesmo tempo, este projeto sugere que estudar as disputas e consensos entre mulheres socialistas pode nos trazer uma nova perspectiva para a história do trabalho. Argumento que as atitudes práticas para a emancipação da mulher estavam intrinsecamente ligadas à luta por direitos trabalhistas. As operárias foram personagens centrais da construção do projeto de emancipação feminista e socialista no período. Na medida em que o gênero forneceu os critérios necessários para a formação de uma política de proteção às trabalhadoras (LOBO, 2021, p. 205), é possível aplicá-lo enquanto categoria analítica para o estudo do tema.

Além disso, ao utilizar o plano institucional como palco para essas atividades, apresento os espaços encontrados por mulheres para atuar na legalidade, onde dialogaram diretamente com instituições de cunho internacional, criando uma rede de ativistas que integraram Europa e América.

Adotar as atas e resoluções de congressos internacionais como fontes permite uma metodologia conectada e transnacional, destacando a emancipação das mulheres como um tema rico para a história global. Como apontou DuBois (1998, p. 252), a luta pela proteção social das mulheres foi um dos maiores movimentos pelos direitos democráticos da história. Portanto, esta pesquisa permite que a história dos feminismos ocidentais, de base capitalista, seja conectada à história dos feminismos socialistas, o que pode contribuir para a compreensão do feminismo como um campo político em suas disputas.

Referências

DUBOIS, Ellen C. **Woman Suffrage and Women's Rights**. Nova Iorque: New York University Press, 1998, 318 p.

GOLDMAN, Wendy. **Mulher, Estado e Revolução**: Política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936. São Paulo: Boitempo, 2014, 400 p.

HEMMINGS, Clare. Contando histórias feministas. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215-241, 2009; PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2007.

LOBO, Beth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Expressão Popular, 2021, 304 p.

ANTIGO MERCADO PÚBLICO DE DESTERRO E TRABALHADORES NEGROS DO COMÉRCIO

Lívia Galveias (galveiaslivia@gmail.com)
Orientador: Prof. Tiago Kramer de Oliveira

A pesquisa apresentada inseriu-se no projeto de História Urbana de Florianópolis/SC, que foi desenvolvido pelos bolsistas do Programa de Educação Tutorial de História da UFSC, sob supervisão e tutoria do Professor Doutor Tiago Kramer de Oliveira.

No início, a proposta visava conhecer o contexto social e político da edificação do primeiro Mercado Público de Desterro, concretamente as disputas entre vinagristas e barraquistas sobre a localização da feira e do edifício do Mercado, principalmente na década anterior à sua construção (o Mercado Público foi inaugurado em janeiro de 1851). Esses grupos deram origem ao Partido Liberal e ao Partido Conservador, respectivamente. A presença e atuação da população negra nas atividades comerciais eram motivo de incômodo para o grupo vinagrista, preocupado com a estética da Praça do Palácio (atual Praça XV), espaço central da cidade que, na perspectiva deles, deveria se apresentar impecável para a circulação de pessoas civilizadas. Os barraquistas, por outro lado, desejavam que a feira e o edifício do Mercado Público continuassem nessa praça, pois muitos deles eram comerciantes e se beneficiavam com o movimento de pessoas.

À medida que a pesquisa foi sendo desenvolvida, houve uma deslocação do foco da feira e do Mercado Público para os trabalhadores escravizados e libertos, onde havia uma presença significativa de mulheres envolvidas em diversas atividades relacionadas com o comércio. Algumas questões que se foram impondo, durante a pesquisa, foram a crescente influência das ideias higienistas e os processos de resistência e de sobrevivência física e cultural da população negra de Desterro.

Uma das temáticas que considero mais interessantes é a das festividades e momentos de convívio dos africanos e afrodescendentes, por se constituir como um exemplo da crescente repressão imposta a essa população. Enquanto no início do século XIX a Festa de Coroação do Rei e da Rainha (organizada pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e que ocorria na época de Natal e de fim de ano) era tolerada pelas camadas sociais dominantes, nas décadas de 1830 e 1840 essa festividade foi duramente reprimida, assim como os batuques, deixando de ser realizada em 1844. Durante esse período foram concebidas e implementadas diversas medidas para prejudicar a circulação das pessoas negras nos espaços públicos. Essas

dinâmicas de repressão contribuíram para invisibilizar e silenciar a presença e a participação econômica e cultural da população negra no desenvolvimento urbano de Florianópolis, contribuindo para a ideia errônea de que a região teve pouca influência africana.

Os objetivos da pesquisa foram no sentido de compreender as dinâmicas de comércio na primeira metade do século XIX, especialmente as protagonizadas por trabalhadores escravizados e libertos; conhecer os debates políticos que divergiam sobre a localização da feira anterior à construção do Mercado Público; entender como ideias higienistas influenciaram essas discussões; indicar as formas de repressão ao livre movimento e à livre manifestação dessas pessoas; mostrar diversas formas de resistência à opressão por parte das populações de origem africana em Desterro na busca de dignidade em seus cotidianos e descrever algumas dinâmicas do primeiro Mercado Público.

Quanto à metodologia, para além de uma revisão bibliográfica, foram analisados os discursos do Presidente da Província Antero Ferreira de Brito e pesquisados periódicos da época, além de ter sido efetuada uma procura de imagens relacionadas com as diversas temáticas bem como com o contexto de vida dos autores das imagens que ilustravam Desterro.

Da pesquisa, resultaram duas comunicações e publicações de resumos expandidos em anais de congressos e também uma entrevista. Além disso, também foi realizado um conteúdo de internet, realizado na plataforma ArcGIS. Com o regresso das aulas presenciais, pretende-se ir a escolas apresentar o conteúdo digital. Este contempla diversas temáticas desenvolvidas na pesquisa: um breve panorama histórico de Desterro, os fluxos de mercadorias que passavam pelo porto, a descrição de diferentes funções a que se dedicavam os trabalhadores do comércio, a presença africana e de afrodescendentes na ilha, os festejos da população negra, as disputas políticas sobre a localização da feira e do mercado público, as ideias higienistas associadas à idealização da cidade moderna e a crescente repressão que atingia escravizados e libertos.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

ANÔNIMO. Carta ao Editor. O Novo Íris: Jornal Politico, Literario, Industrial e Mercantil, Desterro, Nº 91, p. 4. 28 jan. 1851. BRASIL. Lei de 1º de outubro de 1828. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM1-10-1828.htm. Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

BRASIL, SANTA CATARINA. Presidente da Província (1840-1849 – Antero Ferreira de Brito). Falla que o Presidente da Província, o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito dirigio à Assembleia Legislativa da mesma Província na abertura de sua sessão ordinaria em o 1º de Março de 1841. Desterro, 1 mar. 1841. Typographia Provincial. Disponível em <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1841.pdf> . Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

BRASIL, SANTA CATARINA. Presidente da Província (1840-1849 – Antero Ferreira de Brito). Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina, o Marechal de Campo Graduado Antero José Ferreira de Brito dirigio à Assembleia Legislativa da mesma Província na abertura da sua sessão ordinaria em o 1º de Março de 1842. Desterro, 1 mar. 1842. Typographia Provincial. Disponível em <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1842.pdf> . Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

BRASIL, SANTA CATARINA. Presidente da Província (1840-1849 – Antero Ferreira de Brito). Falla, que o Presidente da Província de Santa Catharina , o Marechal de Campo Graduado Antero José Ferreira de Brito dirigio à Assembleia Legislativa da mesma Província no Acto da abertura de sua sessão ordinaria em o 1º de Março de 1848. Desterro, 1 mar. 1848. Typographia Provincial. Disponível em <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/revistas/relatorios%20govenos%20sc/1848.pdf> . Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

Litografia atribuída a Joseph Brüggemann, retirado do acervo online do Projeto Santa Afro Catarina. Disponível em http://santaafrocatarina.sites.ufsc.br/santaafrocatarina/?secao=acervo&i=112_1_. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

Regulamento para Praça do Mercado da Cidade de Desterro da Província de Santa Catarina. Sessão da Câmara Municipal da Cidade de Desterro em 21/12/1850. Disponível em http://santaafrocatarina.sites.ufsc.br/santaafrocatarina/?secao=acervo&i=114_1_. Acesso em 16 de Abril de 2020

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BILÉSSIMO, Angelo Renato. **Entre a praça e o porto**: grandes fortunas nos inventários Post Mortem em Desterro (1860-1880). Itajaí: UDESC; Casa Aberta, 2008.

CABRAL, Oswaldo R. **Nossa Senhora do Desterro**: Memória. Volume II. Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina. 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis**: relações sociais e econômicas. Florianópolis: Insular, 2000.

CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. Em busca de um fantasma: as populações de origem africana em Desterro, Florianópolis, de 1860 a 1888. **PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos**. Brasília. UniCEUB, FACJS, Vol. 2, N. 1. 2007.

CHEMIN, Anne. A pandemia será capaz de desalienar as cidades?. *Outras Palavras*, 2020.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. O discurso higienista definindo a cidade (the hygienist discourse defining the citie). *Mercator*, v. 12, n. 29, p. 51-67, Fortaleza, nov., 2013. ISSN 1984-2201.

DELFINO, Leonara Lacerda. Danças dramáticas do Atlântico: os olhares estrangeiros sobre a festa do congado na sociedade escravista. *Dimensões*, v. 38, p. 9-28, jan.-jun. 2017.

GARCIA, Carla Lanner. **Emanações perniciosas, moralidade corrosiva: os desdobramentos do discurso científico no centro urbano de Nossa Senhora do Desterro. (1831-1864)**. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, 2006.

HUBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade de Desterro no século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1981.

LIMA, Débora. **Ilha de Santa Catarina: desenvolvimento urbano e meio ambiente**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: Invisibilidade histórica e segregação. *Textos e debates*. Núcleo de estudos sobre identidade e relações interétnicas (UFSC), Ano 1, Nº 1, p. 5-42, Florianópolis, 1991.

MACHADO, Gabriel Simon; NEVES, Larissa. Presença judaica em Santa Catarina: os embates políticos entre o Partido Judeu e o Partido Cristão na Ilha do Desterro. **Revista Santa Catarina em História**. Vol. 10. N. 2., p. 46-56, Florianópolis, 2016.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Em nome da beleza, comodidade e benefício público: um projeto de intervenção urbana para Desterro na metade do século XIX. *Geosul*. Vol. 14, N. 28, P. 179-188, Florianópolis, 1999.

MESQUITA, Ricardo Moreira. **Mercado: do mané ao turista**. Florianópolis: Ed. do autor. 2002.

MURILHA, Douglas; SALGADO, Ivone. A arquitetura dos mercados públicos: tipos, modelos e referências projetuais. *Arquitextos*. 138.02, Ano 12, sem numeração de páginas, São Paulo, nov. 2012.

OLIVEIRA, Francisco; OLIVEIRA, Jorge; PATRÍCIO, Manuel. (Coord.) **Espaços e paisagens: Antiguidade clássica e heranças contemporâneas**. Volume III (História, Arqueologia e Arte). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

PEDRO, Joana. **Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

PENNA, Clemente G. **Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)**. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, 2005.

PESAVENTO, Sandra J. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris**, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

POPINIGIS, Fabiane. "Aos pés dos pretos e pretas quitadeiras": Experiências de trabalho e estratégias de vida em torno do primeiro Mercado Público de Desterro (Florianópolis) e seus arredores 1840-1890. **Afro-Ásia**. Nº 46. , p. 193-226, Salvador, 2012.

POPINIGIS, Fabiane. Africanos e descendentes na história do primeiro mercado público de Desterro. In: MAMIGONIAN, Beatriz G., VIDAL, Joseane Z.. **História diversa: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

POPINIGIS, Fabiane; LIMA, Henrique Espada. **Lugares de memória dos trabalhadores. #16. Mercado público de Desterro (Florianópolis-SC)**. LEHMT, Rio de Janeiro, sem data.

REITZ, Paulino. Quadro de Destêrro. In **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Nº 10, outubro de 1961. Tomo IV.

SILVA, Jaime J. S. **Sons que ecoavam no passado: as festas de origem africana em Desterro na primeira metade do século XIX**. Monografia (Graduação em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, p. 20. 2009.

SILVA, Jaime J. S. Entre a diversão e as proibições: as festas de escravos e libertos na Ilha de Santa Catarina. In MAMIGONIAN, Beatriz G.; VIDAL, Joseane Z. **História Diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013. cap. 5.

SILVA, Nivaldo J. **À descoberta do Mercado Público**. Florianópolis: Associação dos Comerciantes e Varejistas do Mercado Público de Florianópolis, 1996.

SOUZA, Adriana M. **Práticas de cura: saberes de africanos e afro-brasileiros em Desterro (SC) na segunda metade do século XIX**. Dissertação (Mestrado em História Social), PUC, São Paulo, 2017.

SOUZA, Marina de Mello. História, mito e identidade nas festas de reis negros no Brasil - séculos XVIII e XIX. JANCSÓ, István; KANTOR, Íris. **Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa**. vol. 1. São Paulo: EDUSP. p. 249-262, 2001.

VEIGA, Eliane V. da. **Florianópolis: Memória Urbana**. Florianópolis: Editora da UFSC e Fundação Franklin Cascaes, 1993.

VIEIRA, Fábio A.; DEBORTOLI, Gabrielli. Feitiços, batuques e códigos de posturas: crenças desviantes e controle policial em Desterro na segunda metade de oitocentos. **História, Histórias**, vol. 4, n. 8, Brasília, 2016.

DA MIGRAÇÃO AFRICANA AO CULTO AFRO-RELIGIOSO GAÚCHO: CAMINHOS PARA O ASSENTAMENTO DO BARÁ DO MERCADO PÚBLICO DE PORTO ALEGRE

Tatiana Machado Freitas (aptatianaf@gmail.com)

Orientador: Tiago Kramer de Oliveira

Na encruzilhada principal do Mercado Público de Porto Alegre se encontra o objeto central desta pesquisa: o Orixá Bará que ali está assentado. Culturado pelas religiões africanas e afro-brasileiras, responsável pela comunicação, dono das encruzilhadas, dos caminhos e do movimento, Bará representa a fartura presente no Mercado Público da capital gaúcha. Apesar da inauguração do Mercado ser datada em 1869 e de não haver um ano preciso para apontar a feitura do assentamento do Bará no local, estima-se que ela se deu entre o fim do século XIX e o início do século XX. Dito isso, a pesquisa em desenvolvimento busca compreender os movimentos que levaram ao assentamento do Orixá, bem como apresentar a disputa de narrativas existente sobre os responsáveis pelo feito. Neste sentido, duas versões são evidenciadas pelos religiosos da região: uma que aponta os negros escravizados como agentes pelo assentamento e que o teriam feito para sua proteção e outra que, por sua vez, atribui o feito a Custódio Joaquim de Almeida, também conhecido como Príncipe Custódio, que teria chegado à Porto Alegre no início do século XX junto de sua corte.

Para tanto, neste momento inicial da pesquisa está sendo levantada a bibliografia sobre os processos pelos quais ela irá passar e, de forma simultânea, as leituras já estão sendo realizadas. Dito isso, inicialmente o estudo tem o foco sobre o campo da história oral e da cultura e patrimônio histórico imaterial para, então, se deter em compreender Brasil e África em conexão e as migrações forçadas e voluntárias que permeiam esse vínculo. Nesse sentido, vale pontuar que estudar as religiões de matriz africanas e suas ressonantes brasileiras implica em abordar processos migratórios, pois “o nível de vitalidade e as formas assumidas por essas tradições são inevitavelmente condicionados por processos detransmissão que incluem outras localidades, cidades, regiões, e mesmo países.” (LEITE, 2017, p. 102). A partir disso, será possível assimilar o início do culto afro-religioso no Rio Grande do Sul, a sua relevância para a história e cultura do estado e, logo, a importância do Bará do Mercado.

Por fim, realizados os processos colocados acima, pontua-se que o foco da pesquisa é apresentar os caminhos que levaram ao assentamento do Bará e evidenciar que ele somente existe a partir dos conhecimentos e práticas religiosas de africanos e africanas na região.

Em suma, colocados os objetivos e caminhos para a consolidação da pesquisa *Da migração africana ao culto afro-religioso gaúcho: caminhos para o assentamento do Bará do Mercado Público de Porto Alegre*, ressalta-se que ele está em desenvolvimento a partir do projeto coletivo em ensino, pesquisa e extensão sobre Migrações do Programa de Educação Tutorial em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Referências

ALBERTI, Verena. **Fontes orais: histórias dentro da história.** In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes histórias.* São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.

ALENCAR, Alexandra; LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **O axé dos territórios religiosos em Florianópolis e municípios vizinhos.** 1. ed. Florianópolis: Edições do Bosque/UFSC/CFH/NUPPE, 2020. v. 1. 210p.

A TRADIÇÃO do Bará do Mercado: os caminhos invisíveis do negro em Porto Alegre. Direção: Ana Luiza Carvalho da Rocha. Produção: Anelise Guterres. Porto Alegre: PMPA/SMC/CMEC, 2007. 1 DVD (51:52 min), son., color.

COSTA e SILVA, Alberto da. **Um chefe africano em Porto Alegre.** In: *Um Rio Chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Ed. UFRJ, 2003.

NEVES, Lucilia de A. **Memória, história e sujeito: substratos da identidade.** *História Oral*, 3. 2000, p.109-116.

ORTEGAL, Leonardo. **Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora.** *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 133, p. 413-431, set./dez. 2018.

LEITE, Ilka Boaventura. **Territórios do Axé: religiões de matriz africana em Florianópolis e municípios vizinhos /** Núcleo de Estudos de Identidades e Relações Interétnicas – Florianópolis: Editora da UFSC, 2017. 143 p.

THOMSON, Alistair. **Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração.** *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22. 2002, p. 341-364.

ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA: PORTINARI E A ESTÉTICA MARXISTA

Autor(a): Carolina Tucci de Carvalho (carvalho.tucci@gmail.com)

Orientador(a): Tiago Kramer de Oliveira

Este projeto de pesquisa, ainda em fase inicial, pretende analisar a vida e a obra de Candido Portinari, investigando se é possível enquadrá-lo na estética marxista, tendo em vista sua filiação política e militância no Partido Comunista Brasileiro. A partir deste estudo, também almeja-se averiguar se o artista pode ser considerado um intelectual orgânico, baseando-se na categoria elaborada pelo historiador Antonio Gramsci. Assim, o objetivo principal é verificar se há coerência entre a teoria da estética marxista e a prática artística de Portinari sendo ele militante comunista. A pesquisa envolverá um estudo biográfico da vida de Portinari, a partir de levantamento bibliográfico e de análise de imagem, dando atenção especial à trajetória tanto política quanto artística a partir das influências que Portinari recebeu ao longo de sua vida e como essas influências se traduziram em sua arte.

Filho de imigrantes italianos, nascido em Brodósqui em 1903, Portinari presenciou momentos marcantes do século XX; nacionalmente destaca-se a Semana de Arte Moderna, a fundação do PCB e a Revolução de 1930 e internacionalmente, a Revolução de Outubro, a Crise de 1929, Segunda Guerra Mundial. Desde 1920, foi aluno da Escola Nacional de Belas-Artes e já neste período enxergava a necessidade da constituição de uma legítima arte brasileira, verdadeiramente nacional. Ao ganhar um concurso, vai para a Europa com a pretensão de estudar e pesquisar para encontrar um caminho para sua arte. Em entrevista a Plínio Salgado, em 1930, ele transparece que: "Uma de suas primeiras preocupações diz respeito à criação de uma arte de cunho social, capaz de participar da educação efetiva da população" (FABRIS, 1990, p. 25).

De volta ao Brasil, seu projeto artístico de arte nacional de cunho social começa a concretizar-se. Notadamente, *Preto de Enxada* é considerado como um marco da trajetória do artista, firmado em uma nova percepção da realidade social, distanciando-se da pintura de cavalete e aproximando-se do muralismo. É também pertinente pontuar sobre o movimento modernista brasileiro, que "se a questão central dos anos 20 fora a tentativa de definição de uma identidade artística, na década seguinte o eixo do debate se desloca para o campo da identidade social" (FABRIS, 1990, p. 51). Enquanto que internacionalmente, na década de 30, o debate sobre a função social da arte é expresso na chamada "querela do realismo".

Ainda no início da década de 1930, Portinari é destacado pelo ministro Capanema para pintar os afrescos dos ciclos econômicos no Ministério da Educação e Saúde Pública, recém criado por Vargas. Para executar este trabalho, recebe como roteiro trechos de quatro obras: História geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal (1854-1857), de Varnhagen; Cultura e opulência do Brasil (1711), de Antonil; Travels in Brazil (1816), de Koster e Capítulos de história colonial, 1500-1800 (1907), de Capistrano de Abreu. Mas Portinari soma a temática “sua ‘pintura de camponês’, [...] descartando o viés historicista implícito na escolha do ministro e configurando uma visão do Brasil cujo epicentro é o trabalhador.” (FABRIS, 2005, p. 90).

Já em março de 1935, a Aliança Nacional Libertadora se conformará como uma grande frente antifascista, em oposição à Ação Integralista Brasileira e também influenciada pela conjuntura internacional; seu programa político pode ser sintetizado na reforma agrária, no nacionalismo, no industrialismo e no anti-imperialismo. O clima político e a ampla divulgação por meio da imprensa favoreceu o crescimento e a capilarização da ANL que de março a junho de 1935 chegou a diversos lugares do Brasil. Portinari participou do Clube de Cultura Moderna – CCM, ligado culturalmente e politicamente à ANL. A participação de Portinari nestes dois episódios ilustra pontualmente sua relevância e a relação entre o artista e o cenário político do país, que se dará ainda em muitos momentos posteriores, até mesmo considerando sua candidatura a deputado federal em 1945 pelo Partido Comunista Brasileiro e a senador, em 1947.

A base teórica para o trabalho está vinculada a perspectiva marxista, tendo como referência em especial Lukács para tratar de estética e Gramsci para a categoria de intelectual orgânico. A pesquisa é pertinente no âmbito do ensino para estudar a história do Brasil do século XX de forma a vincular arte e política, e observar como elas se perpassam nas relações sociais. No âmbito da extensão, o projeto pretende elaborar materiais visuais que apresentem os resultados da pesquisa e sejam disponibilizados na internet. A hipótese inicial da pesquisa é que Portinari, ao menos em alguma fase de suas obras, se encaixa na estética marxista à medida que “a concepção marxista do realismo afirma que a arte deve tornar sensível a essência” (LUKÁCS apud MARX; ENGELS, 2010, p.28) e que o artista apresenta em suas obras a centralidade do trabalho e do trabalhador e a preocupação com a realidade social do Brasil.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Antônio Henrique da Silva. Cultura e Política: O Partido comunista e o realismo social brasileira pós os anos 30. In: XII ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH DE PERNAMBUCO: HISTÓRIA E OS DESAFIOS DO TEMPO PRESENTE, 12., 2018, Recife. Anais [...] . Recife: Anpuh Pernambuco, 2018. p. 1-11.

CHIARELLI, Tadeu. Mário Pedrosa e Portinari. **Ars (São Paulo)**, [S.L.], v. 17, n. 36, p. 21-40, 26 ago. 2019. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2178-0447.ars.2019.154765>.

FABRIS, Annateresa. Portinari e a arte social. *Estudos Ibero-Americanos*, vol. XXXI, núm. 2, dezembro, 2005, pp. 79-102 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil

FABRIS, Annateresa. **Portinari, pintor social**. São Paulo: Perspectiva: Ed. da USP, 1990.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, vol.2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LUKÁCS, György. **Estética: 4 questões liminares de lo estético**. Barcelona: Ediciones Gibrardo, S. A., 1967.

LUKÁCS, György. Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx. In: *Ontologia do ser social*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cultura, arte e literatura: textos escolhidos**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEDROSA, Mário. Pintura e Portinari. **Ars (São Paulo)**, [S.L.], v. 17, n. 36, p. 41-44, ago. 2019. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA).

PRESTES, Anita Leocadia. Antônio Gramsci e o ofício do historiador comprometido com as lutas populares. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 6-18, 2010.

PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes:** e a Aliança Nacional Libertadora: os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35). São Paulo: Brasiliense, 2008.

VASCONCELOS, Marcelo Ribeiro. A relação entre artes plásticas e marxismo nas críticas de Mario Pedrosa à obra de Portinari. *Enfoques - Revista dos Alunos do PPGSA-UFRJ*, v.12(1), junho, 2013. [on-line]. pp. 152 - 181. Disponível em: http://issuu.com/revistaenfoquesufrj/docs/vol12_1, acesso em: 12/10/2021.

ESCRAVISMO EM MUTAÇÃO: A LEI DO VENTRE LIVRE EM CUBA E SEUS REFLEXOS NA POPULAÇÃO NEGRA DE HAVANA (1860-1875)

Autor: Pedro Gabriel Viana de Souza
Orientador: Waldomiro Lourenço da Silva Júnior

A presente pesquisa, realizada por meio de bolsa de iniciação científica sob fomento do CNPq e trabalho de conclusão de curso para obtenção do diploma de graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, consiste no estudo do escravismo cubano na segunda metade do século XIX. As fontes históricas utilizadas para esta pesquisa são registros de batismo da população negra de Havana entre os anos de 1860 e 1875.

Ao tratar do escravismo cubano em suas décadas finais, esta pesquisa buscou lançar luz sobre os processos de modificação, adequação e até mesmo sobrevida aos quais o regime cubano esteve sujeito entre os anos de 1860 e 1870. E, ao tratar da questão do escravismo em uma localidade que fez uso deste regime enquanto lhe foi possível e se tornou um importante centro econômico regional fundamentado no uso de mão de obra escrava como Cuba (FRAGINALS, 1978), este estudo também buscou dar fôlego não apenas ao contexto da ilha de Cuba, mas de toda a escravidão africana no mundo atlântico em seu processo de transformação e fim.

Esta pesquisa foi desenvolvida ao longo da segunda metade do ano de 2020 e no decorrer de 2021. Neste período, com auxílio da literatura que se debruça sobre a temática do escravismo atlântico e/ou que se utiliza do mesmo perfil de fontes documentais, foram analisados 317 registros de batismo da *Parroquia Jesús, María y José*, de Havana, então capital da colônia espanhola de Cuba. Também foram realizadas leituras e análises de outras paróquias com diferentes recortes temporais, mas a de *Jesús, María y José* se firmou como o principal objeto de estudo dada a sua localização privilegiada (próxima à zona portuária histórica da cidade) e seu volume documental que abarca as décadas de 1860 e 1870 (as de maiores transformações).

O recorte temporal, de 1860 a 1875, se justifica pelo fato de terem sido inseridas legislações que mudariam os rumos do escravismo cubano para sempre, com ênfase na chamada *Ley Moret*, de 1870, que estipulou a libertação do ventre de todos os filhos de escravas nascidos a partir de sua implementação. Buscando compreender os impactos de tal legislação no processo escravista cubano e como isso impactou a demografia da população

negra de Havana no período analisado, tal pesquisa buscou elencar as principais mudanças de perfil social entre a população elencada. Deste modo, indo do micro ao macro (REVEL, 1998) e fazendo uso da paleografia em língua espanhola, a análise dos registros de batismo buscou extrair da documentação as informações presentes que pudessem contribuir para a compreensão deste período.

A metodologia de extração destes dados se centrou em elencar o (1) nome e sobrenome dos batizados; (2) o sexo dos batizados; (3) a condição jurídica do batizado e de seus pais; (4) a origem étnico-linguística do batizado e/ou seus pais; (5) a descrição da cor do batizado e de seus pais; vinculação de relações de senhorio e compadrio do batizado e/ou de seus pais com terceiros mencionados no documento.

A composição dos registros de batismo analisados foi condensada e organizada com o intuito de ilustrar as suas transformações ao longo de uma década, 1860-70. As principais transformações se dão em relação à condição de liberdade dos batizados e de seus pais. Se na extração de dados de 1860 a quantidade de batizados registrados na categoria de livres batia os 75%, a de escravos os 22%, enquanto *ingenuos* e de condição desconhecida (não presente na documentação) somaram 1% cada. Em 1870 o número de livres cresceu até expressivos 91% do total de batizados, enquanto o de escravos sofreu uma grande queda até alcançar cerca de 4%. Já o número de *ingenuos* e de registros com informação desconhecida ficaram em 2% cada.

Neste sentido, também surgem transformações na condição de liberdade das mães dos batizados: o número de mães registradas como livres em 1860 foi de 69%, enquanto o de escravas ficou em torno de 22%, o de *ingenuas* 3%, casos desconhecidos 3% e *emancipadas* 2%. Por outro lado, no ano de 1870, 87% das mães foram registradas como livres, 11% como escravas e 2% como casos desconhecidos.

Considerando os dados apresentados, já no início da década de 1870 seria possível notar um elevado incremento no perfil geral dominante da mão-de-obra havaneira: o de trabalhadores negros livres em relação à diminuição dos numerosos escravos das décadas anteriores (PIQUERAS ARENAS, 2011). Estes resultados, também podem ser cruzados à uma interpretação global do processo de modificação das relações de trabalho em todo o mundo atlântico na segunda metade do século XIX e a perspectiva de fim do escravismo nos dois últimos bastiões da escravidão africana nas Américas (PIQUERAS ARENAS, 2016): a colônia espanhola de Cuba, que só aboliria formalmente o regime em 1886, e o Império do Brasil, em 1888.

REFERÊNCIAS

Fontes

Archivo de Registros de bautismo de pardos y morenos de la Parroquia Jesús, María y José, Libro 12 (1853-61). Havana, 1861.

Archivo de Registros de bautismo de pardos y morenos de la Parroquia Jesús, María y José, Libro 13 (1861-67). Havana, 1867.

Archivo de Registros de bautismo de pardos y morenos de la Parroquia Jesús, María y José, Libro 14 (1867-76). Havana, 1876.

Bibliografia

FRAGINALS, Manuel Moreno; TRAVIESAS, Luis M. **El ingenio:** complejo económico social cubano del azúcar. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1978.

PIQUERAS ARENAS, José A. **Censos lato sensu.** La abolición de la esclavitud y el número de esclavos en Cuba. *Revista de Indias*, v. 71, n. 251, p. 193-230, 2011.

PIQUERAS ARENAS, José A. in MARQUESE, Rafael de Bivar; SALLES, Ricardo. **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX.** Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas:** a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ESPACIALIZAÇÃO DE AMBIENTES RURAIS NA CAPITANIA DE SANTA CATARINA (1747-1822)

Autor(a): Jéssica Thaíse Gielow (jessicagielow@hotmail.com)

Orientador(a): Tiago Kramer de Oliveira

Este trabalho tem como tema a espacialização agrária em Santa Catarina durante o período colonial. Nosso objetivo é buscar compreender a espacialização agrária da Capitania de Santa Catarina, na segunda metade do século XVIII, através dos registros de sesmarias.

No alvorecer do século XVII, ocorre uma mudança profunda na geografia territorial da América Portuguesa (CARDOSO, 2013, p.39), que culminou com a criação de novas capitanias na primeira metade do XVIII (BUENO, 2009). Entre elas estava a da Ilha de Santa Catarina (1738) (SILVA, 2013).

O interesse em fortificar o litoral¹, muito claro nesses primeiros anos após a instalação de um governo na ilha, foi seguido pela preocupação em povoar a região (SALOMON, 2002). Assim, a partir de 1747, passam a desembarcar em Santa Catarina um grande contingente de imigrantes vindos do Arquipélago dos Açores, os quais, segundo estipulava o edital, receberiam “um quarto de legoa em quadro para principiar a sua cultura” (PIAZZA, 1975, p.644).

A concessão dessas terras foi feita de acordo com o regime sesmarialista, que vigorava no Brasil desde as capitanias hereditárias (NEVES, 2001; MOTTA, 1998, 2012). Esse sistema serviu como base para o processo de povoamento da colônia, garantindo a colonização das áreas conquistadas; sendo abolido apenas em 1822. Ao receber as terras, era cobrado dos colonos que estas fossem medidas, demarcadas e registradas e, o cumprimento dessas condições levou à criação de livros com o registro dessas sesmarias em cada uma das capitanias.

Como os registros eram organizados com base no nome dos beneficiados, utilizamos o método onomástico (GINZBURG, 1989), para sistematizar as informações coletadas. Além dos registros, outras fontes manuseadas são correspondências oficiais trocadas entre

¹ Foram construídos quatro fortes na Ilha e no litoral adjacente, a saber: Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim (1739), Fortaleza de São José da Ponta Grossa (1740), Fortaleza de Santo Antônio de Ratonos (1740) e Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba (1742).

autoridades; alvarás e cartas régias que buscavam regulamentar a concessão de sesmarias na colônia; e a documentação cartográfica.

Durante a pesquisa pudemos perceber que entre os registros haviam mulheres como titulares, porém o predomínio era da figura masculina de origem açoriana. Também notamos que havia uma comercialização de terras em andamento, ainda que a apropriação fundiária por compra fosse a exceção e não a regra. Quanto a localização das terras, observamos que 127 das sesmarias registradas se encontravam na porção continental do território da capitania e, apenas 50 nos limites da ilha de Santa Catarina. A dimensão dessas terras seguiu o padrão de pequenas e médias propriedades, embora concessões de grandes extensões tenham sido feitas em Caiacanga-Mirim, na porção Sul da Ilha e, nos Campos de Araçatuba, na freguesia da Enseada do Brito. Conforme, mostrou a pesquisa esses eram espaços bastante planos, com água e gramíneas; ideias para o descanso e a engorda de rebanhos, destinados ao abastecimento de carne à São Paulo e Minas Gerais pelos tropeiros.

Referências:

BUENO, B. P. S. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 251-294, 2009.

CARDOSO, Victor Hugo Bastos. As dinâmicas político-territoriais de uma comunidade periférica no sul da América portuguesa: a ilha de Santa Catarina e seu continente, 1680- 1750. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2013.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In.: A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito (1795-1824). São Paulo: Alameda, 2012.

MOTTA, Marcia. Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sesmarias em Portugal e no Brasil. POLITEIA: Hist. e Soc.. Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p.111-139, 2001.

PIAZZA, Walter. Introdução à história da propriedade rural em Santa Catarina. In. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. ANPUH, Aracaju, setembro, 1975.

SALOMON, Marlon. O saber do espaço: ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX. H. Tese de doutorado em história na Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

SILVA, Augusto da. O governo da ilha de Santa Catarina e sua terra firme: território, administração e sociedade. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

**FIGURAÇÕES DA TEORIA BENJAMINIANA NA QUERELA BRASILEIRA
ENTRE MODERNOS E PÓS-MODERNOS EM A CRISE DA RAZÃO
HISTÓRICA (1989) DE MICHEL ZAIDAN FILHO**

Autor: Murilo Custodio dos Passos (murilo_dospassos@hotmail.com)

Orientadora: Flávia Florentino Varella

Este trabalho tem como objetivos identificar e definir os conceitos benjaminianos utilizados por Michel Zaidan Filho no livro *A Crise da Razão Histórica* (1989), contextualizando a obra nos campos da *historiografia brasileira* e da *história da recepção* de Walter Benjamin nos anos 1980. Além disso, busca-se analisar a importância que esses conceitos assumem em sua argumentação e a forma como ele dialoga com outros autores.

Michel Zaidan Filho é um filósofo de formação e historiador nascido em 1961 em Garanhuns, Pernambuco (PE). Em 74, graduou-se em filosofia na Universidade Católica de Pernambuco. Entre 78 e 82, realizou o mestrado em História na Universidade Estadual de Campinas. Na primeira metade da década de 80, entrou para o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entre 83 e 86, realizou seu doutorado em História Social na Universidade de São Paulo. Em 84, deixou a militância no PCB. Começou, em 86, a trabalhar na construção do curso de História na Universidade Federal de Pernambuco. (ZAIDAN, 2015: 7-8, 11-12).

Em sua obra de 1989, Zaidan Filho reuniu sete ensaios e seminários produzidos e apresentados em Brasília, Sergipe e Pernambuco em 88, quando foi professor visitante na UnB. A seleção de textos presentes no livro teve como fio condutor a relação entre Razão e História no contexto da crise do marxismo e do advento daquilo que estava sendo chamado de pós-modernidade. A proposta do autor foi buscar fundamentos para reformular o conceito marxista de razão e construir um novo paradigma, reconhecendo os limites da razão moderna. Neste trabalho, pretendo investigar a forma como ele utiliza os conceitos benjaminianos na obra em questão.

Walter Benjamin, por sua vez, foi um filósofo e crítico literário alemão de origem judia, nascido em 1892. Ele defendeu uma concepção de História baseada em um tempo saturado de agoras (*Jetztzeit*), em que a memória dos vencidos é mobilizada para a ação revolucionária, visando a criação de um verdadeiro estado de exceção na história da humanidade. Em seu trabalho final, as *Teses sobre o Conceito de História*, Benjamin direciona suas críticas à Modernidade capitalista e à social-democracia da república de Weimar, mais especificamente, responsabilizando-a pela ascensão do nazifascismo. Sua teoria tem como referências o messianismo da mística judaica, especialmente a Cabala, o

romantismo alemão, o surrealismo e o marxismo (GAGNEBIN, 1993: 7,9,11,13-15; GAGNEBIN, 1987: 7-8, 15-17; LOWY, 2005, 14-15, 17-23; LOWY, 2009: 9, 22, 25; 26-27, 29-31).

Partindo de um interesse pela obra desse autor alemão (BENJAMIN, 1987; 2013), minha pesquisa se iniciou com um levantamento de autores brasileiros que colaboraram para a recepção de Benjamin no país, principalmente nos anos 80. Entre o material levantado, escolheu-se o livro de Zaidan pela maior proximidade com o campo da História. Realizou-se, então, a leitura da fonte e o fichamento de alguns capítulos. Para a escrita do projeto, foram realizadas algumas leituras sobre a historiografia brasileira (VAINFAS, 2009; CEZAR, 2015; BELIEIRO; CARDOSO JUNIOR, 2018; SANTOS, 2019) e sobre a recepção de Walter Benjamin no Brasil (PRESSLER, 2006). Também foram realizadas leituras teóricas sobre a historiografia, a história da historiografia e os limites da hermenêutica para a interpretação histórica (ALBERTI, 1996; MALERBA, 2002; ARAUJO, 2006; TURIN, 2013; SILVA, 2015). Outras leituras teóricas já haviam sido realizadas anteriormente (CERTEAU, 1982; RÜSEN, 2007).

Diversas partes do projeto serão utilizadas para construir a introdução do Trabalho de Conclusão de Curso e partes dos capítulos, os quais serão dois. O primeiro está em processo de escrita, servindo para contextualizar Zaidan em relação ao marxismo brasileiro e à historiografia marxista, à “nova” historiografia e à recepção de Walter Benjamin no país. Atualmente, realiza-se leituras sobre o marxismo brasileiro e a historiografia marxista (RIDENTI; REIS, 2007; RODRIGUES, 2011; MALERBA, 2018). O segundo capítulo, por sua vez, consistirá em uma análise da forma como Zaidan contrapõe Modernidade e Pós-Modernidade e como mobiliza os conceitos benjaminianos para isso. Para a escrita do segundo capítulo, será necessário contabilizar o número de vezes que cada autor é citado, buscando construir um quadro de referências com que comparar Benjamin. Também se pretende verificar em quais capítulos a teoria benjaminiana é mais mobilizada e a relação que o autor estabelece com outras referências.

Segundo Pressler (2006: 226-229), os principais aspectos benjaminianos tocados pelo filósofo e historiador brasileiro são o conceito de *crítica* e sua relação com o conhecimento histórico, a noção de *alegoria*, o tema da *contra-memória dos oprimidos* e os conceitos de *experiência* e *messianismo*. Até o momento, não se encontrou o uso de conceitos benjaminianos que não tenham sido mencionados por Pressler. Na recepção de Benjamin no Brasil dos anos 1980, há um grande crescimento do campo e um crescente diálogo com a História (PRESSLER, 2006: 206, 208, 210-211). Nesse contexto, Zaidan Filho (1989: 24-25, 32-33, 39) dialoga com Flávio René Kothe, Sérgio Paulo Rouanet, Edgar

Salvadori de Decca, Nicolau Sevcenko, Jeanne-Marie Gagnebin e Michael Löwy. Em relação à historiografia brasileira, percebe-se como Zaidan, entre outros marxistas do período, reagem criticamente em relação ao crescimento das pesquisas em História Cultural, com apropriação de conceitos da história das mentalidades francesa, da micro história italiana e da história sociocultural britânica (ZAIDAN, 1989: 16, 23-24, 38; VAINFAS, 2009: 226, 230-233; CÉZAR, 2015: 448-449).

Referências

ALBERTI, Verena. A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica. **Estudos históricos - Historiografia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 31-57, 1996.

ARAÚJO, Valdeir Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus: revista de história**, v. 12, n. 1, 2006a.

BELIEIRO, Thiago Granja; CARDOSO JUNIOR, Hélio Rebello. Diálogo assimétrico na historiografia brasileira: A Nova História entre os anos 1985 e 1994. **Locus: Revista de História**, v. 23, n. 2, 2017.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne-Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, Walter. **Origem do drama trágico alemão**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. 335p.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. *In: A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 8, n. 17, 2015

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Walter Benjamin: Os Cacos da História**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. [1982].

LÖWY, Michael. Introdução. *In: LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. Boitempo Editorial, 2005.

LÖWY, Michael. "Breaking Out of the Steel Cage", "The Libertarian Marxismo of André Breton". *In: LÖWY, Michael. Morning star: surrealism, marxism, anarchism, situationism, utopia*. University of Texas Press, 2009.

MALERBA, Jurandir. Em busca de um conceito de historiografia. **Varia historia**, n. 27, 2002.

MALERBA, Jurandir. Marxismo e historiografia brasileira. *In: MALERBA, Jurandir. Notas à margem: teoria e crítica historiográfica*. Serra: Editora Milfontes, 2018, 246p.

PRESSLER, Gunter Karl. **Benjamin, Brasil**. A Recepção de Walter Benjamin, de 1960 a 2005. Um Estudo sobre a Formação da Intelectualidade Brasileira. São Paulo: Annablume, 2006.

RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **História do Marxismo no Brasil**. v. 6. Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RODRIGUES, Lidiane Soares. O Capital entre um mestre e um discípulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011.

RÜSEN, Jörn. **História Viva: teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: UnB, 2007. 159p.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. A crítica historiográfica no Brasil nos anos 1990 e o espectro do linguistic turn: embates entre “modernos” e “pós-modernos”. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 12, n. 30, 2019.

SILVA, Rogério Forastieri da. A história da historiografia e o desafio do giro linguístico. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 8, n. 17, 2015.

TURIN, Rodrigo. História da historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 6, n. 13, p. 78-95, 2013.

VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. **História: Questões & Debates**, v. 50, n. 1, 2009.

ZAIDAN FILHO, Michel. **A Crise da Razão Histórica**. Campinas, Papirus, 1989.

ZAIDAN, Michel. **Michel Zaidan** (depoimento, 2014). Rio de Janeiro, CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL; IIAM, 2015.

**HISTÓRIA PARA AMPLAS AUDIÊNCIAS: MARIA GRAHAM, A
HISTORIOGRAFIA INFANTO-JUVENIL E AS DINÂMICAS DO GÊNERO
HISTÓRIA (1790-1850)**

Autor (a): Ana Cecília Lopes de Souza (anacecilia1999@gmail.com)

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Flávia Florentino Varella

Em finais do século XVIII, a História enquanto gênero literário experimentou acentuada popularidade pela sua capacidade de explicar o mundo, que resultou em uma vasta gama de publicações que seguiram não apenas o eixo político tradicional, inovando e alargando o gênero para outros tópicos de interesse variado. Apesar de as mulheres letradas terem sido colocadas muitas vezes pela historiografia contemporânea como excluídas desse processo, pesquisas mais atuais demonstraram a ampla participação feminina tanto como consumidoras quanto como produtoras de História. Grande parte do material produzido pelas mulheres de letras pode ser encontrada nos gêneros para-históriográficos como a biografia e em história popular ou educacional. Uma destas escritoras, e que normalmente é lembrada pelos seus livros de viagem, chama-se Maria Graham. Em sua passagem ao Brasil, junto de seu marido, capitão Thomas Graham da Real Marinha Inglesa, a historiadora, escritora, pintora e desenhista, registra o movimento de independência política e social em terras brasileiras, chegando a ser governanta da filha de Dom Pedro I e Dona Leopoldina, a primogênita Dona Maria da Glória. Seu livro intitulado *Diário de uma viagem ao Brasil* (1824), é importante por considerar uma História do Brasil de forma intencional, registrando os conflitos de independência enquanto eles ocorriam.

Já em sua terra natal, Graham publicou três histórias de divulgação para o público infanto-juvenil: *A Short History of Spain* (1828), *Little Arthur's History of England* (1835) e *Histoire de France du petit Louis* (1836). Ao longo do século XVIII, as mulheres foram cada vez mais vistas como as melhores educadoras que as crianças poderiam ter devido à crença de que a maternidade lhes era inata. Dessa forma, as escritoras femininas que escreveram obras educacionais seriam autorizadas a falar como sujeitos neste discurso porque eram mulheres.

A maternidade serviu a essas escritoras como condição para afirmação no cenário literário, pois existia a expectativa que as mães promovessem o crescimento intelectual das crianças. Isso permitiu que muitas mulheres, escrevendo na esfera de atuação da maternidade, se envolvessem ativamente em debates públicos sobre nacionalismo, epistemologia e

desenvolvimento cognitivo das crianças. A relativa desatenção, por parte da historiografia, em relação às histórias alternativas produzidas por mulheres, no início do século XIX, é também uma consequência do conflito entre as práticas e métodos históricos masculinos e femininos. Tendo isso em vista, é imprescindível levar em consideração questões de gênero, da história da historiografia e da profissionalização da História como uma disciplina acadêmica para entender melhor as dinâmicas do gênero História, e mesmo a variedade de suas práticas, para entender como a construção do cânone historiográfico relegou ao segundo plano as historiadoras. Esta pesquisa tem como principal objetivo, portanto, preencher as lacunas investigativas nesse campo e trazer novos dados que possam contribuir para melhor entender as dinâmicas do gênero História na primeira metade do século XIX britânico.

O ESPAÇO COMO PROBLEMA

Autor(a): Ana Luiza Goularti Brunel (anabrunel@hotmail.com)

Orientador(a): Prof. Dr. Tiago Kramer de Oliveira

Este resumo é uma apresentação geral da pesquisa e dos resultados do trabalho de conclusão de curso “O ESPAÇO COMO PROBLEMA: uma proposta metodológica para o estudo do trabalho urbano fabril em Florianópolis durante a Primeira República (1896-1930)”¹.

O interesse pela temática do espaço começou, inicialmente, no subprojeto *História do Planejamento Urbano de Florianópolis*, do PET História UFSC. O grupo, de 2019 a 2020, estudou a história dos espaços urbanos de Floripa entre meados do século XIX e começo do século XX, a fim de produzir conteúdo didático, interativo e virtual sobre a cidade. Dentre as leituras feitas sobre Florianópolis chamaram a atenção as descrições sobre a Fábrica de Pontas “Rita Maria”. Juntamente com a Fábrica de Rendas e Bordados, Fábrica de Gelo e a Empresa Nacional de Navegação, a Fábrica de Pontas compunha o conjunto de empresas da Companhia Hoepcke, do empresário e imigrante alemão Carl Hoepcke. Apesar da Companhia movimentar uma grande quantidade de trabalhadores(as) em Florianópolis, é frequente que a bibliografia a respeito destas indústrias esteja associada a um enaltecimento da figura de Carl Hoepcke e a um discurso de empreendedorismo alemão no estado de Santa Catarina. São poucas as produções historiográficas a respeito dos(as) trabalhadores(as) fabris do complexo industrial Hoepcke.

Em vista disso, o intuito inicial da pesquisa era realizar um estudo sobre os(as) trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas “Rita Maria” entre os anos de 1896 e 1931. Entretanto, a pandemia de COVID-19 tornou o acesso a documentação difícil e limitado. Com o fechamento temporário dos atendimentos de arquivos públicos e privados, a pesquisa teve acesso tardio as fontes e precisou se adaptar ao conteúdo que estavam disponíveis online, em especial na Biblioteca Nacional Digital e na Hemeroteca Digital Catarinense.

De toda forma, a partir dos documentos aos quais tivemos acesso, foi possível avaliar a aplicação de referenciais teóricos e metodológicos da História Espacial e seu potencial de contribuição para os estudos sobre o ambiente urbano de Florianópolis e, em particular,

¹ Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/227964>. Acesso em: 20 out. 2021.

dos(as) trabalhadores(as) fabris na Primeira República. Portanto, a pesquisa teve por objetivo ser uma experimentação com o método histórico.

Sendo assim, o trabalho foi organizado da seguinte maneira: no primeiro capítulo, “Sobre o espaço e a metodologia da História Espacial”, discutimos o conceito de espaço, segundo David Harvey (2012, 2014 e 2015) e Henri Lefebvre (2001 e 2006), e a definição de História Espacial trabalhada por Richard White (2010). É com base nestes autores que entendemos que o espaço não é simplesmente um cenário estático, mas sim um processo aberto, produzido pelos seres humanos ao longo do tempo, sendo em si histórico. A metodologia da História Espacial propõe o estudo do espaço e da experiência espacial através do movimento, e para isso, lança mão de ferramentas digitais que possibilitam mapear diferentes dinâmicas de deslocamento pelo espaço. Tecnologias como os SIG (Sistema de Informações Geográficas), funcionam como base de dados de informações geográficas, permitindo analisar, categorizar e relacionar informações em mapas, gráficos, etc. A utilização de programas SIG na pesquisa têm como suporte teórico os textos de David J. Bodenhamer (*et al*, 2010), Zephyr Frank (FREITAS, 2014) e, o já mencionado, Richard White (2010).

No segundo capítulo “A produção de mapas históricos”, apresentamos a principal fonte de pesquisa, o Livro de Registro de Funcionários (ca. 1886-1920), pertencente ao Centro de Memória do Instituto Carl Hoepcke (ICH), que contém informações referentes aos(as) operários(as) da Companhia. É a partir destas fichas dos(as) trabalhadores(as) que produzimos mapas a partir de dados históricos. A apresentação e análise dos mapas é intercalada com a bibliografia a respeito do espaço urbano de Florianópolis e, em especial, os trabalhos de André Luiz Santos (2009), Eliane Veras da Veiga (2010) e Jéssica Duarte de Souza (2016).

No terceiro e último capítulo, “Florianópolis através do espaço”, nos aproximamos de duas possibilidades de pesquisas a partir das imagens espaciais desenvolvidas. Estas propostas de investigação histórica são introdutórias e também limitadas em função da dificuldade de acesso a fontes documentais, mas elas têm por objetivo investigar a aplicação dos mapeamentos produzidos para o estudo do espaço urbano de Florianópolis.

Concluimos que a pesquisa atingir seu objetivo de experimentar com novas possibilidades teóricas e metodológicas da pesquisa histórica — em especial as que surgem ao considerarmos o espaço como palavra-chave —, e apresentar as potencialidades que a História Espacial tem para oferecer para a investigação para a História do Trabalho na Primeira República em Florianópolis. Além disso, os mapas produzidos e apresentados ao

longo da pesquisa permitiram não apenas observar os locais de residência dos(as) trabalhadores(as) fixos no espaço absoluto, mas visualizar estas pessoas de forma relativa e relacional ao ambiente urbano, sua presença na paisagem urbana em mudança e nas reformas do espaço que estavam ocorrendo na cidade nos anos finais do século XIX e início do XX. Percebemos como a moradia está relacionada a forma como a produção ocorre na Fábrica, com as demandas de trabalho e serviço, gênero e salário. Por fim, por ter sido desenvolvida dentro do PET História UFSC, um recorte da pesquisa também foi adaptado para a plataforma ArcGIS StoryMaps e está disponível online², com o objetivo de contribuir para os debates públicos sobre o espaço urbano de Florianópolis, no passado e no presente.

Referências

BODENHAMER, David J. *et al* (ed.). **The Spatial Humanities: gis and the future of humanities scholarship**. Bloomington&Indianapolis: Indiana University Press, 2010.

FREITAS, Frederico. Spatial History e Humanidades Digitais, uma entrevista com o brasileiro Zephyr Frank. **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v.3, n.1, p.375-393, 2014.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 296 p

_____. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, Jul./Dez, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497>. Acesso em: 05 dez. 2020.

_____. O espaço como palavra-chave. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 35, p. 126-152, 2015. Semestral. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13641>. Acesso em: 05 dez. 2020.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A produção do espaço**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2006. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro: a geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. 2009. 639 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92552>. Acesso em: 21 maio 2021.

SOUZA, Jéssica Duarte de. **Trabalho e Raça: Perfil dos(as) Trabalhadores(as) da Fábrica de Pontas Rita Maria no Pós-Abolição (Florianópolis, 1894-1930)**. 2016. 74 f. TCC (Graduação) – Curso de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/94927944.pdf>. Acesso em: 04 set. 2020.

² Disponível em: <https://arcg.is/0iSf58>. Acesso em: 22 nov. 2021.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis**: memória urbana. 3ª Edição. Florianópolis: Edufsc; Fundação Franklin Cascaes, 2010.

WHITE, Richard. What is Spatial History? **Stanford University Spatial History Lab**, 2010.

O VELHO OESTE

Autor: Acácio Garcez Carneiro (acaciogarcezc@outlook.com.br)

Orientador: Tiago Kramer de Oliveira

Apresentação

O conteúdo O Velho Oeste foi desenvolvido como componente avaliativo no Laboratório de Ensino: História da Cartografia e Didática da História da Universidade Federal de Santa Catarina no ano de 2020. Em 2021, o conteúdo foi adaptado com algumas leves modificações para ser publicado nas redes do PET História – UFSC, com o mesmo nome. Desse modo, o resultado final consiste em seis conteúdos diferentes disponibilizados na plataforma online ArcGIS Story Maps, a qual será abordada mais adiante.

O objetivo deste trabalho foi problematizar a imagem que se tem no senso comum acerca da expansão dos Estados Unidos em direção ao Oeste. Para citar exemplos, algumas das ideias desconstruídas são as relações entre os brancos e os indígenas, a figura do Cowboy como símbolo de masculinidade e o entendimento do Oeste como “terra da oportunidade”. Foram usadas como referências desde obras clássicas sobre o período (como os escritos de Frederick Turner sobre a imagem do “pioneiro”) até obras recentes e com teor mais revisionista (principalmente a obra de Roxane Dunbar-Ortiz, *An Indigenous History of The United States*, onde a autora analisa o processo pela perspectiva das nações indígenas).

Metodologia

Considerando que o projeto foi desenvolvido no âmbito do Laboratório de Cartografia, os mapas foram as principais fontes utilizadas. Dezenas de mapas obtidos em arquivos online – em especial na Library of Congress ([Home | Library of Congress \(loc.gov\)](https://www.loc.gov/)) – foram usados para se problematizar as questões levantadas e tentar alcançar o objetivo da desconstrução da imagem do Oeste no senso comum. As principais referências utilizadas, foram John Brian Harley (2005), com sua teoria sobre o uso de mapas para além da referência geográfica; Jorn Seeman (2011), com suas propostas de trabalho didático com os mapas focando em estudantes da Educação Básica; e Malcolm Lewis (1998) com um capítulo clássico sobre as diferentes formas de cartografia utilizadas pelos povos indígenas no Oeste dos Estados Unidos.

Além da cartografia, a metodologia decolonial também foi utilizada, principalmente na figura de Carlo Emilio Piazzini Suárez (2015), autor colombiano que traz em sua obra uma profunda reflexão sobre como a cartografia atua na percepção da espacialidade:

(...) pensar el espacio y, sobre todo, tratar de comprender cómo pensamos espacialmente y cómo el ejercicio mismo del conocimiento se encuentra espacialmente afectado, supone necesariamente pensar de otra manera. (SUÁREZ, 2015, p.44)

No caso, este “pensar de outra maneira” é compreender os mapas como parte dos conhecimentos periféricos, ou conhecimentos locais (SUÁREZ, 2015, p.51-52), onde o pensamento colonial acaba de certa forma tornando marginalizado o conhecimento produzido nos países fora do centro. Esse pensamento se encaixa perfeitamente na análise da cartografia indígena, mostrando como foi fundamental a presença dos conhecimentos destes povos para que os “pioneiros” conseguissem “desbravar” o Oeste selvagem. Desconstrói-se então a ideia de que os estadunidenses se aventuraram com sua coragem e força de vontade em terras desconhecidas e hostis.

Por fim, um terceiro ponto metodológico fundamental para a elaboração deste trabalho está presente em Jorn Russen (2007) e sua ideia acerca da História Viva. Os conceitos de Russen sobre a práxis histórica e a orientação da vida dos sujeitos (RUSSEN, 2007, p.87) foram levados em conta para a desconstrução da imagem do Oeste. Além disso, seus apontamentos sobre a escrita histórica e a didática (RUSSEN, 2007, p.38) também foram fundamentais para a construção do conteúdo com viés de História Pública.

Resultados

Com essas ideias centrais orientando a pesquisa, o projeto inicialmente contou com o estudo de mapas dos anos 1700 e início dos 1800 para pensar como a sociedade colonial e estadunidense enxergava o que viria a ser o Oeste e as nações indígenas que eram suas vizinhas. Além disso, a parte um do conteúdo – denominada As Planícies Indígenas – utilizou de ricos mapas produzidos por indígenas, tanto direta quanto indiretamente.

Com o andar da escrita, novas questões foram levantadas e outras fontes foram utilizadas, principalmente imagens e fotografias. Em especial, a parte cinco – denominada A Terra da Oportunidade? – utiliza de várias fotografias de cidades abandonadas e de cowboys para problematizar o senso comum de que qualquer um poderia enriquecer no Oeste, ou de que era uma “terra sem lei”.

Sendo assim, as seis partes foram finalizadas utilizando uma linguagem acessível, considerando que se trata de um conteúdo didático de História Pública. É claro, os pressupostos decoloniais foram levados em conta com frequência, principalmente nos momentos de análise das relações dos Estados Unidos com as nações indígenas e com o

México.

Quanto à plataforma utilizada, o ArcGIS Story Maps foi escolhido por permitir o uso de imagens, vídeos, texto e até mesmo música, tornando a leitura do conteúdo mais fluída e acessível. Todos os mapas utilizados contam com uma breve legenda, explicando os pontos principais deste (baseado nas ideias de Harley sobre a leitura de mapas) para ajudar o leitor ou a leitora a pensarem sobre as questões levantadas. Também, vários dos mapas utilizados possuem incríveis versões digitalizadas, onde é possível observar cada nuance presente na fonte. Deste modo, links foram disponibilizados para acessar diretamente estas versões e permitir a interpretação individual da leitora ou do leitor.

Conclusão

O projeto de pesquisa O Velho Oeste, utilizando da metodologia decolonial e do uso da cartografia, buscou a produção de um conteúdo didático disponibilizado para o grande público com o fim de desconstruir imagens estereotipadas sobre os Estados Unidos e a América do Norte como um todo. Usando de linguagem acessível e de uma plataforma online bem completa, o projeto alcançou seu objetivo final: ser um material didático problematizador. Com a plataforma Bit.ly, que permite contar a quantidade de cliques, foi possível ver o número total de acessos nas seis partes. Foram noventa e três acessos, sendo que a parte dois, O Destino Manifesto, foi a mais visitada, com vinte e nove cliques.

Sendo assim, a pesquisa se provou proveitosa, atingindo um grande número de pessoas. Espera-se que tenha sido possível ajudar na desconstrução de imagens estereotipadas e que tenha sido possível trabalhar os mapas como fontes não apenas de localização espacial, mas também com viés cultural, político e por que não dizer, imperialista?

Referências:

DUNBAR-ORTIZ, Roxanne. *La Historia Indígena de Estados Unidos*. Tradução de Nancy Viviana Piñeiro. Madrid: Cofás, 2015.

HARLEY, J. B. *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. México: FCE, 2005.

LEWIS, Malcom G. *Maps, Mapmaking, and Map Use by Native North Americans*. In: WOODWARD, David. *The History of Cartography: Volume Two, Book Three, cartography in the traditional african, american, arctic, australiano, and pacific societies*. Chicago: The university of Chicago press, 1998. P. 51 – 135

PIAZZINI SUÁREZ, Carlo Emilio. *Sobre espacios, conocimiento y poder: para las geografías del conocimiento*. In: ARCILA, Maria Tereza. *Pensamiento crítico latinoamericano: homenaje a Hernán Henao Delgado*. Medellín: Universidad de Antioquia:

IER, 2015, p. 42-60.

RÜSEN, Jörn. História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Tradução Estevão de Resende Martins. Brasília: EdUNB, 2007.

SEEMANN, Jörn. O ensino de cartografia que não está no currículo: olhares cartográficos, “carto-fatos” e “cultura cartográfica”. In: NUNES, Flaviana Gasparotti. (Org.). Ensino de Geografia: Novos Olhares e Práticas. Dourados: Editora da UFGD, 2011, p. 37-60.

TURNER, Frederick Jackson. The Frontier in American History. Nova Iorque: BiblioLife, 2008.

PRESENÇA INDÍGENA NA ILHA DE SANTA CATARINA

Lívia Galveias (galveiaslivia@gmail.com)

Orientador: Prof. Tiago Kramer de Oliveira

O trabalho apresentado está no seu início e se constitui como um projeto de pesquisa do Programa de Educação Tutorial de História da UFSC, sob supervisão e tutoria do Professor Doutor Tiago Kramer de Oliveira.

A ideia surgiu a partir da promessa por parte da prefeitura de Florianópolis/SC, em construir uma Casa de Passagem para alojar os indígenas que se deslocam para a capital do estado de Santa Catarina com o intuito de vender artesanatos na temporada do verão ou para conseguir trabalho. Seus territórios ficaram muito reduzidos com as contínuas invasões, o que dificulta a manutenção dos modos de vida e formas de sobrevivência ancestrais. A promessa ainda não se concretizou, o que levou diversos indígenas, sobretudo do povo Kaingang, a ocupar o terminal de ônibus urbanos desativado localizado no bairro Saco dos Limões (TISAC) e permanecer naquele espaço para pressionar o poder público a construir instalações definitivas.

A Casa de Passagem é o ponto de partida para pesquisar sobre a presença indígena na Ilha de Santa Catarina, que será o foco do trabalho. Acredito que este é um tema que ainda não foi suficientemente explorado pela historiografia local. Meu intuito é fazer um recorte temporal situado na primeira metade do século XIX. Os objetivos específicos são os seguintes: descrever a presença indígena na Ilha de Santa Catarina, pesquisar sobre a reação dos habitantes da ilha à presença indígena na primeira metade do século XIX, analisar aspectos da história, cosmologia, cultura, arte e produção material Kaingang (tendo em conta que a maioria dos ocupantes indígenas do TISAC pertence a essa etnia), compreender as demandas dos indígenas que ocupam o terminal, bem como algumas de suas trajetórias de vida.

Em relação à metodologia, será realizado um levantamento bibliográfico, análise de periódicos, pesquisa de documentos históricos em arquivos e entrevistas a indígenas. As seguintes áreas disciplinares receberão uma atenção especial: arqueologia, história indígena, história urbana e história oral.

As hipóteses levantadas na pesquisa são as seguintes: a presença indígena na Ilha de Santa Catarina, apesar de se constituir como uma presença longeva, foi invisibilizada; existiram processos de opressão destinados a dificultar a sua permanência nesse espaço; e a presença indígena continua a ser desestimulada por parte do poder público atual e de muitos moradores.

Pretende-se, com o projeto, escrever um artigo, participar em eventos acadêmicos e elaborar um ou mais conteúdos digitais (relativos à presença indígena e à Casa de Passagem) que possam ser apresentados em escolas e disponibilizados para o grande público.

Referências bibliográficas

BUBA, N. M. **Adoradores de João Maria entre os Kaingang**: o sincretismo com as tradições indígenas e os locais sagrados na Terra Indígena Xaçupé/SC. Monografia (Graduação em História – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2017.

D'ANGELIS, W. da R.. **Panorama da história Kaingang**. Portal Kaingang (artigo online). Disponível em http://www.portalkaingang.org/index_historia_1_3.htm.

EMILIANO, D.; MARTIN, A. G.; PEREIRA, V. A. Cultura Kaingang: saberes e identidades direcionados aos desafios contemporâneos da preservação e da educação ambiental. **PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n. 41, p. 203 - 233, 2019. DOI: 10.5965/1984724619412018203.

GAUDÊNCIO, J. de S; MARTINS D. R.; SILVEIRA, R. M. C. F.; RODRIGUES, S. P. J. Breve perspectiva historiográfica sobre a ancestralidade da etnia indígena Kaingang. **Cadernos do CEOM: História Social e Política**, Chapecó, v. 32, n. 50, p. 115-128, jun/2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.22562/2019.50.09>

ORTEGA, Anna. A arte Kaingang como encontro de saberes ancestrais. **Jornal da Universidade UFRGS**, Porto Alegre, 20 de agosto 2020. (reportagem online) Disponível em <https://www.ufrgs.br/jornal/a-arte-kaingang-como-encontro-de-saberes-ancestrais/>

POHL, Ângelo I.; MILDNER, Saul E. S. Representações visuais da cestaria Kaingang na Terra Indígena Carreteiro: o grafismo e seus significados. In **IX Congresso Estadual de História ANPUH-RS**, 2008, Porto Alegre. p. 1-14.

ROSA, Sallisa. Literatura dos Povos Indígenas: Traduções das experiências culturais para a escrita. **Astrolábio**, Rio de Janeiro, n. 21, ano II, set. 2017. (reportagem online). Disponível em <https://astrolabio.org.br/literatura-dos-povos-indigenas/>

SAVOIO, T. D; SILVA. N. M; NOTZOLD, A. L. V. Artesanato Kaingang: entre usos e desusos da cultura material. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, Ano 19, N. 24, 2014.

SOUZA, Daniela B. de. Brasil dos viajantes. UFMG, s/d. (reportagem online). Disponível em <https://www.ufmg.br/museumuseu/paisana/html/biblio/brasil/21.htm>

VEIGA, J. *Cosmologia e práticas rituais Kaingang*. 2000. 367 p. Tese (doutorado em antropologia social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

Sítios de internet

TOMMASINO, Kimiye; FERNANDES, Ricardo C. Kaingang. **Povos Indígenas no Brasil**, 2001. Disponível em < <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaingang> >. Acesso em: 23 de out. de 2021.

INSTITUTO Kaingang. **Instituto Kaingang**. Disponível em <<https://institutokaingang.org.br/>>. Acesso em: 23 de out. de 2021.

PATTÉ, Né-Gatcha; BARBOSA, Rodrigo. Verões dos Kaingang. **Zero UFSC**, 2019. Disponível em <[Verões dos Kaingang. Após três décadas migrando para... | by Zero | Medium](#)> . Acesso em: 23 de out. de 2021.

BARBOSA, Rodrigo. Casa de Passagem: o histórico do descaso. **Jornalismo UFSC**, 2021.
Disponível em <[CASA DE PASSAGEM \(shorthandstories.com\)](http://CASA DE PASSAGEM (shorthandstories.com))>. Acesso em: 23 de out. de 2021.

**SANTA CATARINA NO CONTEXTO DA LEI ANTITRÁFICO DE 1831: A
ENTRADA DE AFRICANOS NOVOS E UMA ROTA DE NAVEGAÇÃO POSSÍVEL
(1831-1850)**

Autor: Gustavo Henrique Rubik (gustavohenrubik@gmail.com)

Orientador: Tiago Kramer de Oliveira

O trabalho assume um recorte temporal que vai de 1831 a 1850, período de vigência da lei 7 de novembro de 1831 que determinava o tráfico de pessoas uma atividade ilegal e assumia inclusive o compromisso de, caso houvesse importações de africanos, estes seriam considerados livres. Como a longo prazo essa lei passou por sucessivas manobras para infringi-la, a pesquisa se concentra em focar Santa Catarina em todo esse contexto de continuidade do tráfico transatlântico de pessoas quando a legislação o colocava como proibido. O recorte da pesquisa se destina até a lei Eusébio de Queirós, onde se constatou maiores repressões ao tráfico de africanos no país e em Santa Catarina.

Portanto, o objetivo do projeto em desenvolvimento busca evidências que constatarem a chegada de africanos novos em Santa Catarina a partir da lei que determinava o tráfico uma atividade ilegal. Para essa análise, são utilizadas fontes primárias como registros de batismos da freguesia do Ribeirão da Ilha, livros 2 e 3, que compreendem respectivamente os anos de 1825–1841 e 1846–1854. O que se depreende a partir destes é que a chegada de africanos novos diminuiu, mas não deixou de existir. Esses dados levantados servem para verificar a entrada de africanos durante o recorte do trabalho e a atuação da lei. Ora, o africano que entrasse no país a partir desse período deveria ser considerado livre, mas pelos registros de batismo se concretiza essa continuidade do tráfico e a entrada desses africanos como escravos.

Para se ter um vislumbre, enquanto apenas em 1827 houve 19 batismos de africanos recém-chegados, entre 1831 e 1850, quase 20 anos de recorte, ocorreu essa mesma quantidade de batismos. Tem-se, portanto, sete africanos batizados em 1831 (após a data da lei); quatro batismos em 1832; um africano batizado em 1833, 1834 e 1835; quatro batismos em 1840; e por último, um batizado em 1848. É um valor relativamente baixo para a quantidade de anos selecionada, mas isso diz respeito apenas a uma freguesia e demonstra que houve tráfico de africanos para a província durante o período considerado ilegal. O que não se tem muito claro é se esses africanos novos que estavam chegando em Santa Catarina provinham diretamente

da África, ou eram desembarcados em outro porto brasileiro e depois enviados para a província catarinense, isso nos leva a outra análise dessa pesquisa que pode ser compreendida em duas etapas: análise de registros de batismo e dos dados de desembarques.

O porto do Rio de Janeiro torna-se importantíssimo para essa questão dos desembarques. Em datas próximas ao final do século XVIII esse porto se firmou como o maior importador e distribuidor de escravos no Brasil. Santa Catarina esteve relacionada a esse sistema, visto que a praça do Rio de Janeiro tinha caráter reprodutor da conjuntura escravista para muitas áreas do país. Isso se sustenta ao verificar que a composição escrava africana em Santa Catarina provinha de regiões iguais e de portos de África que mantinham contato com o porto carioca.

Para a análise dos desembarques, o banco de dados *Slave Voyages* é utilizado para verificá-los em Santa Catarina nos anos do recorte do trabalho. No entanto, apesar de o Rio de Janeiro ser um grande distribuidor de escravos para Santa Catarina, o banco de dados aponta para informações instigantes que dizem respeito a uma rota que conecta o Rio de Janeiro a Montevideu (Uruguai). Essa rota fazia parte de uma complexa reestruturação do tráfico transatlântico que precisou buscar caminhos para continuar operando.

Com o que foi coletado no *Slave Voyages* tem-se um resultado de 113 embarcações que apresentam como “primeiro lugar de desembarque de escravos” Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. A partir desse dado, 34 tiveram como porto onde a viagem terminou Montevideu. As demais embarcações, 78 especificamente, essa informação sobre o fim da viagem não consta. As análises de Alex Borucki no livro “Abolicionismo y tráfico de esclavos em Montevideo tras la fundación republicana (1829–1853)” apontam para uma reestruturação do tráfico transatlântico por uma rota que liga o Rio de Janeiro ao Uruguai. Há semelhanças com essa perspectiva e os dados encontrados no banco de dados do *Slave Voyages*.

As análises sobre os registros de batismo já estão praticamente concluídas. O que necessita de mais aprofundamento é em relação a essas embarcações que tem como primeiro lugar de desembarque Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina e que terminam sua viagem em Montevideu. No entanto, por que esses dados citam essas três províncias como primeiro lugar de desembarque? Se Santa Catarina está ligada a essa rota de reelaboração do tráfico transatlântico que liga o Rio de Janeiro ao Uruguai por desembarques na costa brasileira então podemos suspeitar e levantar hipóteses que algum desembarque em Santa Catarina derivado dessa rota não era impossível, visto que, a embarcação não desembarcava em nenhum porto brasileiro e sim na costa e depois partia para o Uruguai.

Fontes e banco de dados

Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. Livro de Batismo de Escravos da Freguesia do Ribeirão da Ilha – Livro 2, 284 f. Filmado por Sociedade Genealógica de UTAH. Arquivo online. Disponível em: <https://bit.ly/batismos1825-1834>. Acesso em: 30 ago. 2021.

Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. Livro de Batismo de Escravos da Freguesia do Ribeirão da Ilha – Livro 2, 284 f. (continuação do anterior). Filmado por Sociedade Genealógica de UTAH. Arquivo online. Disponível em: <https://bit.ly/batismos1834-1841>. Acesso em: 30 ago. 2021.

Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina. Livro de Batismo de Escravos da Freguesia do Ribeirão da Ilha – Livro 3, 100 f. Filmado por Sociedade Genealógica de UTAH. Arquivo online. Disponível em: <https://bit.ly/batismos1846-1854>. Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. Lei – de 7 de novembro de 1831. **Collecção das Leis do Império do Brazil de 1831**. Parte I. Rio de Janeiro, Thyppographia Nacional, 1875.

ELTIS, D. et al. Transatlantic Slave Trade Database. Disponível em: <https://www.slavevoyages.org/voyage/database>. Acesso em 30 ago. 2021.

Referências Bibliográficas

BASTOS, Ana Carla. Escravidão nos Engenhos de Farinha da Lagoa da Conceição. *In*: MAMIGONIAN, Beatriz G.; VIDAL, Joseane Zimmermann. **História Diversa**: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013, p. 69-84.

BASTOS, Vitor Hugo. O comércio de escravos para a capitania de Santa Catarina (1815-1826): notas preliminares. **Revista Santa Catarina em História**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 43-51, jul. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/OComércioDeEscravos>. Acesso em: 28 ago. 2021.

BORUCKI, Alex. **Abolicionismo y tráfico de esclavos em Montevideo tras la fundación republicana (1829-1853)**. Montevideu: Biblioteca nacional, Universidade de la Republica, 2009.

CAMPOS, Adalgisa Arantes; FRANCO, Renato. Notas sobre os significados religiosos do Batismo. **Varia História** (UFMG), Belo Horizonte, n. 31, p. 21-40, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/BatismoSignificados>. Acesso em: 28 ago. 2021.

CARVALHO, João Daniel Antunes Cardoso do Lago. O tráfico de escravos, a pressão inglesa e a lei de 1831. **Revista de História & Economia Regional Aplicada**, Juiz de Fora, v. 7, n. 13, p. 95-114, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/APressãoInglesa>. Acesso em 28 ago. 2021.

CARVALHO, Marcus J. M. de. O desembarque nas praias: o funcionamento do tráfico de escravos depois de 1832. **Revista de História**, São Paulo, n. 167, p. 223-260, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/DesemparqueNasPraias>. Acesso em: 20 ago. 2021.

GOMES, Luciano Costa. Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 34, n. 3, p. 593-615, set./dez. 2017. Disponível: <https://bit.ly/LivresELibertos>. Acesso: 20 ago. 2021.

LEANDRO, José Augusto. Em águas turvas: navios negreiros na baía de Paranaguá. **Esboços**: Revista do programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v. 10, n. 10, p. 99-117, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/EmÁguasTurvas>. Acesso em: 20 ago. 2021.

LIMA, Henrique Espada. Da escravidão à liberdade na Ilha de Santa Catarina. *In*: MAMIGONIAN, Beatriz G.; VIDAL, Joseane Zimmermann. **História Diversa**: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013, p. 195-221.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. *In*: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.) Coleção Brasil Imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850). *In*: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana (Org.). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. 2. ed. Vitória: EDUFES, 2014. p. 565-596. Disponível em: <https://bit.ly/AfricanosemSantaCatarina>. Acesso em: 16 ago. 2021.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. O litoral de Santa Catarina na rota do abolicionismo britânico, décadas de 1840 e 1850. *In*: **II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, 2005, Porto Alegre. Anais do II Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre 2005. Disponível em: <https://bit.ly/AbolicionismoBritânico>. Acesso em: 16 ago. 2021.

PASSOS, André Fernandes. **Agricultura, Escravidão e Capital no litoral de Santa Catarina**: desterro, laguna e o mercado atlântico (1750-1850). 2021. 247 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/AgriculturaEscravidão>. Acesso em 2 set. 2021.

PASSOS, André Fernandes. **Rotas internas do comércio de escravos**: Laguna, primeiras décadas do século XIX. 2015. 94 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/RotasInternas>. Acesso em: 28 ago. 2021.

SCHWEITZER, Maria Helena Rosa. População escrava e africanos na Ilha de Santa Catarina (1830-1860). *In*: **4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/PopulaçãoEscrava>. Acesso em: 16 ago. 2021.

SCHWEITZER, Maria Helena Rosa. **Santa Catarina na Rota do Tráfico**: portos catarinenses e o tráfico atlântico ilegal de escravos, 1831-1855. 83 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/NaRotaDoTráfico>. Acesso em: 16 ago. 2021.

VICENZI, Renilda. Compadrio e escravidão: o apadrinhamento de escravos em Lages (1778-1860). *In*: XIV Encontro Estadual de História. **Anais do XIV Encontro Estadual de**

História - Tempo, memórias e expectativas, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/CompadrioEscravidão>. Acesso em 28 ago. 2021.

ZIMMERMANN, Fernanda. **Africanos entre açorianos: tráfico atlântico e trabalho escravo no Ribeirão da Ilha na primeira metade do século XIX**. Relatório Final PIBIC/CNPq. Florianópolis: UFSC, 2004.

ZIMMERMANN, Fernanda. Armação baleeira da Lagoinha: uma grande unidade escravista. *In*: MAMIGONIAN, Beatriz G.; VIDAL, Joseane Zimmermann. **História Diversa**: africanos e afrodescendentes na ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013, p. 43-68.

II MEPETH

COMISSÃO ORGANIZADORA

*Ana Beatriz Brüggemann;
Carolina Tucci de Carvalho;
Fernanda Buttini Barczak;
Lívia Lourenço Matoso Galveias.*

TUTORIA

Prof.º Dr.º Tiago Kramer de Oliveria.

COMISSÃO CIENTÍFICA

*Allana Letticia dos Santos;
Andreia Amorim da Silva;
Denis Henrique Fiuza;
Gustavo Henrique Shigunov;
Gustavo Tiengo Ponte;
Letícia Portella Milan;
Paloma Natalia Riquetta Nervi.*

SOBRE A MEPETH

A MEPETH (Mostra de Ensino Pesquisa e Extensão do PET História) é uma proposta do PET História para estudantes do curso de graduação em História da UFSC. Venha conhecer ou apresentar seu trabalho de pesquisa, ensino ou extensão e compartilhá-lo com colegas, comunidade universitária e comunidade externa!

**Conheça mais sobre o PET, acessando
nosso site ou em nossas redes sociais!**

II MEPETH

MOSTRA DE ENSINO,
PESQUISA E EXTENSÃO DO
PET HISTÓRIA

06/12 a 10/12
2021